



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANA VICTÓRIA DE MEDEIROS OLIVEIRA

**A CIDADE E O POVO: COMPOSIÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES
SOCIAIS EM CAJAZEIRAS - PB (1872-1903)**

CAJAZEIRAS

2023

ANA VICTÓRIA DE MEDEIROS OLIVEIRA

**A CIDADE E O POVO: COMPOSIÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES
SOCIAIS EM CAJAZEIRAS - PB (1872-1903)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Lunara da Silva Morais

**CAJAZEIRAS
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

O4822c Oliveira, Ana Victória de Medeiros.

A cidade e o povo: composição espacial e relações sociais em
Cajazeiras - PB (1872-1903) / Ana Victória de Medeiros Oliveira. -
Cajazeiras, 2022.

82f. : il. -

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais.

Monografia (Licenciatura em história) UFCG/CFP, 2022.

1. História - Cajazeiras-Paraíba - 1872-1903. 2. Historiografia local.
3. Cidade de Cajazeiras - Paraíba. 4. Religiosidade. 5. Relações sociais.
6. Espacialidade sertaneja. 7. História urbana - Cajazeiras-Paraíba.
8. Sociedade Cajazeirense. I. Morais, Ana Lunara da Silva. II. Universidade
Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores.
IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 94(813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANA VICTÓRIA DE MEDEIROS OLIVEIRA

**A CIDADE E O POVO: COMPOSIÇÃO ESPACIAL E RELAÇÕES
SOCIAIS EM CAJAZEIRAS - PB (1872-1903)**

Monografia apresentada e aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais
(Orientadora – CFP/UFCG)

Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto Camilo
(Titular – UFCG/CFP)

Profa. Dra. Rosemere Olimpio de Santana
(Titular – UFCG/CFP)

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
(Suplente – UFCG/CFP)

CAJAZEIRAS

2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que mesmo em meio às dificuldades seguraram minha mão, acreditaram no meu potencial, me incentivaram a estudar, me ensinaram que a educação transforma e o conhecimento é algo que ninguém pode nos tirar. Essa conquista é nossa!

Ao meu companheiro Andre, por todo acolhimento e compreensão durante o processo de escrita, e por acreditar nos meus sonhos muito mais que eu.

Aos meus amigos da turma 2018.1: Aline, Camila, Cristiano, Everson, Jéssica, Larissa, Wellington, Miquéias e Ruy, que partilharam as vivências da Universidade desde o primeiro semestre, e de maneira MUITO especial a Pedro Henrique, que foi meu companheiro de trabalhos, aulas, discussões, amadurecimentos e muitas crises.

Aos meus professores da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais ou que atravessaram ela, por toda formação, em especial à minha orientadora Ana Lunara.

Ao meu grupo de pesquisa de Iniciação Científica, que contribuiu para o amadurecimento e desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus companheiros de trabalho na CAGEPA (Agência local de Uiraúna-PB), que foram compreensivos e cuidadosos durante a escrita desta pesquisa.

A Universidade Pública e aos Programas de Assistência, que tornaram possível a minha permanência na instituição desde o ano de 2018.

Ao CNPq e à CAPES, que mesmo em meio a inúmeros ataques e negacionismos foram responsáveis pelas minhas experiências enquanto pesquisadora e professora.

E a todos aqueles e aquelas, que dentro e fora da Universidade cruzaram meu caminho, e deixaram um pouco de si em mim.

*Sertão é Nordeste brasileiro
E nada queremos do estrangeiro
As coisas mais nossas são beleza
Amor, poesia e natureza
É sertão!*

(Flávio José)

RESUMO

Cajazeiras é uma cidade localizada no Alto Sertão do Estado da Paraíba e, assim como diversas outras espacialidades sertanejas, possui sua trajetória intimamente ligada a um grupo de elite dominante. Em virtude desse ideal tradicional, diversos outros protagonistas e aspectos da região foram silenciados nas produções memorialísticas, e incorporadas por acadêmicos. Dessa forma, a presente análise propõe uma revisão acerca de Cajazeira-PB, com o objetivo de discutir a constituição da cidade e as tramas sociais relacionadas a ela, entre os anos de 1872 e 1903. A pesquisa baseou-se na análise de fontes escritas, como: inventários *post-mortem*; escrituras de compra-venda de imóveis e processos por crimes, existentes no arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, bem como no Recenseamento de 1872. A cidade foi analisada nesta pesquisa através de suas características espaciais e sociais, e com base em discussões teóricas que dialogam tanto com História Urbana quanto com a História Local, desenvolvendo-se uma releitura e reescrita das narrativas sobre a localidade. A pesquisa debruçou-se sobre questões demográficas, econômicas, espaciais (urbanas, rurais e do subúrbio), cotidianas, sociais e de gênero, resultando em uma melhor compreensão da sociedade de Cajazeiras do final do século XIX e início do XX.

Palavras-chave: Cidade; Cajazeiras; Espaço; Sociedade.

ABSTRACT

Cajazeiras is a city located in the Alto Sertão of the State of Paraíba and, like several other spatialities of the Sertão, its history is closely linked to a dominant elite group. Due to this traditional ideal, several other protagonists and aspects of the region were silenced in the memorial productions, and incorporated by scholars. In this way, the present analysis proposes a review about Cajazeira-PB, aiming to discuss the constitution of the city and the social plots related to it, between the years 1872 and 1903. The research was based on the analysis of written sources, such as: post-mortem inventories, property purchase and sale deeds and criminal cases, existing in the archives of the Cajazeiras Municipal Forum, as well as the 1872 Census. The city was analyzed in this research through its spatial and social characteristics, and based on theoretical discussions that dialogue both with Urban History and Local History, developing a re-reading and re-writing of the narratives about the locality. The research focused on demographic, economic, spatial (urban, rural and suburban), daily life, social and gender issues, resulting in a better understanding of Cajazeiras society in the late XIX and early XX centuries.

Keywords: City; Cajazeiras; Space; Society.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ALMANAK DO ESTADO DA PARAHYBA DE 1899	17
FIGURA 2: ZONA URBANA DE CAJAZEIRAS (1890)	28
FIGURA 3: INVENTÁRIO DE MARIA ISABEL DE JESUS (1902)	30
FIGURA 4: SÍTIOS LOCALIZADOS (1876-1903)	38
FIGURA 5: RODETE, CEVADOR E RODA	44
FIGURA 6: PRENSA, PAU DE PRENSA E GEMELA	44
FIGURA 7: FORNO, PENEIRA E COCHO	45
FIGURA 8: ENGENHO DE MADEIRA	46
FIGURA 9: CARRO DE BOI	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:ESTADOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO DE CAJAZEIRAS - PB (1872)	14
GRÁFICO 2: CONDIÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAJAZEIRAS - PB (1872)	20
GRÁFICO 3: RAÇA DA POPULAÇÃO DE CAJAZEIRAS - PB (1872)	22
GRÁFICO 4: INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAJAZEIRAS - PB (1872)	23
GRÁFICO 5: INSTRUÇÃO DOS MENINOS E MENINAS LIVRES DE CAJAZEIRAS-PB (1872)	24

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PROFISSÕES DOS RESIDENTES EM CAJAZEIRAS - PB (1872)	15
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - UMA LEITURA INICIAL SOBRE A CIDADE DE CAJAZEIRAS	1
1. CAPÍTULO 1 - A DOCUMENTAÇÃO E A CIDADE ESTUDADA	6
1.1 A CIDADE DOCUMENTADA E A HISTORIOGRAFIA LOCAL	12
1.2 UMA CIDADE VIVA: AS GENTES QUE LÁ ESTAVAM	19
2. CAPÍTULO 2 - A COMPOSIÇÃO DO MUNDO RURAL-URBANO	27
2.1 DO CENTRO AO SUBÚRBIO: PERSPECTIVAS URBANAS E A INDEFINIÇÃO DE FRONTEIRAS	27
2.2 A CONSTITUIÇÃO DO MEIO RURAL E SUAS POTENCIALIDADES	37
3. CAPÍTULO 3 - OS PROCESSOS ALÉM DOS CRIMES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE GÊNERO E COTIDIANO	48
3.1 RELIGIOSIDADE E VIZINHANÇA	51
3.2 GÊNERO E SEXUALIDADE	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
LISTA DE FONTES	71
FONTES PUBLICADAS	71
FONTES MANUSCRITAS	71

Introdução - Uma leitura inicial sobre a cidade de Cajazeiras

Ao falar sobre cidade, variadas podem ser as imagens que vem à nossa mente. Um grande fluxo de pessoas, automóveis, grandes construções ou até alguma localidade específica que tenha um significado individual. Mas, a cidade que serve de delimitação para este ensaio e que queremos apresentar, se distancia da imagem da cidade contemporânea que conhecemos, sobretudo, pela temporalidade que nos separa dela. Por isso, se faz necessária uma breve apresentação da nossa pequena urbe, para que se compreenda de qual local está se falando.

Cajazeiras se localiza no Alto Sertão, na extremidade ocidental do Estado da Paraíba, se distanciando em média 471 km da sua capital, João Pessoa. Em 1876, quatro anos após o recorte temporal inicial desta pesquisa, Cajazeiras passa a ser considerada cidade, por isso, não é por acaso que este período tenha sido escolhido. Ele marca os passos recentes da localidade até se tornar uma cidade, que, antes de receber esse título, foi distrito de Sousa (PB), sendo que em 1863 tornou-se vila através de uma Lei provincial.

Assim, após um breve posicionamento no tempo e no espaço, passamos a compreender esta urbe na qualidade de um objeto de estudo histórico. A partir de Raquel Rolnik (1988), o conceito de cidade é definido partindo da perspectiva de que esse é um lugar de confluência, de dinâmicas econômicas, políticas, sociais, demográficas, culturais e simbólicas, que guarda marcas de vários tempos e processos. Logo, a urbe se constitui dentro desse estudo enquanto um âmbito de variados fluxos, vivências e disputas, é um espaço vivo, composto por indivíduos. Portanto, além da compreensão concreta de constituição da localidade, também a percebemos a partir de suas composições sociais.

Todavia, falar sobre Cajazeiras na qualidade de uma cidade, um espaço urbano, se configura enquanto um desafio, ou até mesmo uma ousadia. Pois, assim como qualquer outra região, esta espacialidade sertaneja possui suas próprias características de formação, e muitas delas já foram bastante discutidas e fixadas na memória local. A escola do Padre Rolim, que atraiu as pessoas para a cidade e conseqüentemente impulsionou a urbanização; a implementação do transporte por trem, que facilitou o transporte de pessoas e cargas entre as cidades e Estados; a criação da Diocese, tornando Cajazeiras sede episcopal e responsável na administração religiosa de outras unidades; o comércio, sendo um impulsionador da comercialização de itens como o algodão, que foi responsável pela arrecadação de altos

valores no local, entre outras questões, fazem parte de uma Historiografia já consolidada sobre a temática que pontua as motivações para a constituição da cidade.

Nesse ínterim, vale citar que além desta pesquisa, outras já foram realizadas com certa proximidade com a temática, e que partiram da mesma unidade que este: o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande. Em primeiro, destacamos o estudo desenvolvido por Francisco Alisson de Oliveira, intitulado “*Patrimônio Material de Cajazeiras - PB: Discurso Além do Concreto e Cimento*”, apresentado no ano de 2015, no qual o autor discute o desenvolvimento do local para além das narrativas produzidas pelas elites, e a influência destas na delimitação do Centro Histórico, com base na discussão sobre o Patrimônio Histórico edificado.

Além do citado, existe o trabalho de Maria Orlandina Izidro Jacó, intitulado “*A participação da mão-de-obra escrava na vila de Cajazeiras no séc. XIX*”, do ano de 2005. A autora discute com base em certidões de compra e venda de escravizados, cartas de alforria e inventários *post-mortem*, algumas questões sociais que estavam relacionadas ao grupo, bem como a ligação entre o comércio de escravos e as elites locais, na tentativa de observar também o declínio da prática na região.

O TCC de Hava Mariana de Oliveira nomeado “*Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX)*”, de 2022, discutiu as características e hábitos praticados nas residências, e o TCC de Ayrle Alves sob o título “*Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Bezerra de Sousa (1876-1900)*”, de 2022, analisa as características da cultura material, e faz um estudo de caso sobre a fortuna de Francisco Bezerra. Ambos os trabalhos foram escritos com base nos inventários *post-mortem*, mas se diferem deste a partir da abordagem empregada.

Por fim, também existe a tese do professor do curso de História da UFCG, Osmar Luiz da Silva Filho intitulada “*Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno (1892-1923)*”, de 1999, a qual trata sobre as perspectivas da modernidade tanto na cidade da Parahyba, atual João Pessoa, quanto também em Cajazeiras, e que muito nos foi útil para traçarmos relações entre a modernidade crescente e as questões econômicas desta urbe, pois o autor discute características da feira e da comercialização do algodão, e como os habitantes estavam inseridos em tais práticas.

Mediante ao que foi exposto acerca dos trabalhos existentes, e que em alguma medida se aproxima desse, pontuamos que cada um possuiu os seus objetivos específicos e as suas leituras individuais sobre a cidade, as quais foram lançadas pelos pesquisadores para responder às questões pensadas pelos mesmos. Contudo, este trabalho foi produzido como

uma revisão histórica sobre a temática, com o objetivo de responder às seguintes questões: como a cidade de Cajazeiras funcionava? Como era seu espaço? Quais os indivíduos a compunham e como se relacionavam? Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas nela? Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de gerar novos olhares sobre o espaço. Tal revisão não tem a finalidade de negar a relevância e os avanços do que já foi discutido e escrito, mas busca compreender a dinâmica social e espacial de Cajazeiras por meio do cruzamento de fontes variadas.

Nesta pesquisa a metodologia utilizada foi sendo constituída a partir da leitura e catalogação dos processos, aos quais somam cerca de 79 inventários e partilhas amigáveis, 11 processos associados a crimes, 1 processo de compra e venda de imóveis, 1 processo por arrendamentos de terra e 1 por prestação de contas. Os três últimos tipos de processos, mesmo que com menor quantidade, foram importantes para responder à questão central desta monografia. Por isso, todos os autos serviram para a compreensão das questões espaciais, econômicas e sociais, que perpassam desde a constituição das famílias, formalização das dívidas dos inventariados, constituição da riqueza até a formação do espaço urbano e rural e relações sociais estabelecidas entre os indivíduos.

Os inventários são comumente conhecidos como aquelas que informam grandes fortunas – como muitas pessoas escravizadas, propriedades, dinheiro, entre outros bens –, e mulheres como “donas”, isto é, aquelas que estavam em lugar distinto entre mulheres de posse. Esses registros também podem ser utilizados como uma fonte que possibilita a observação das posses dos grupos escravizados ou forros, etc. No entanto, no caso de Cajazeiras essa não é uma realidade, pois os processos analisados possuem poucas pessoas escravizadas, pouco dinheiro em espécie sendo descrito, poucas menções sobre peças em ouro, e poucas mulheres enquanto grandes proprietárias, como também quase não se há informações sobre profissões ou naturalidade das pessoas falecidas.

Por isso, com objetivo de compreender outras faces dessa cidade inventariada, dessa localidade sertaneja, descrita por meio de suas propriedades rurais e urbanas, as atividades desenvolvidas nela e os grupos que a compunham, fizemos diálogo com outros documentos, destacados a seguir. As escrituras de compra e venda, além de possibilitar a visualização dos bens que estão sendo vendidos/comprados, apontam sobre o relacionamento entre compradores e vendedores. Os processos crimes nos inserem nas relações entre vítimas, réus e testemunhas, nos informando sobre as formas de convivência e as relações interpessoais. E ainda nos utilizamos do Recenseamento de 1872, que nos fornece um direcionamento sobre a

quantidade de pessoas habitantes da localidade, suas ocupações, características, naturalidade, grau de instrução e religião.

Portanto, percebe-se que o diálogo com essas fontes viabiliza à pesquisa uma observação de outras camadas que não podem ser vistas apenas com os inventários, tendo em vista que esses são realizados principalmente com aqueles que tinham bens a serem legados aos herdeiros, aos quais poderiam ser tanto a família, como pessoas próximas ou instituições. Nesse sentido, o recorte temporal estabelecido para a pesquisa, 1872 a 1903, se deu em virtude das fontes utilizadas: 1872 é o ano do Recenseamento, e 1903 do último processo lido e catalogado. Além disso, entre o início e o fim do recorte temporal definido, ocorre uma modificação estrutural na dinâmica do Brasil, a transição da Monarquia para a República, o que impacta diretamente no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que a criação dos Cartórios Civis decorre desse fato, por isso buscaremos compreender também essa mudança.

Assim, a análise documental que resultou nessa monografia, está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *A documentação e a cidade estudada*, buscamos discutir de que modo os processos catalogados nos possibilitam analisar a cidade estudada, e já com o objetivo de discutir sobre os dados da população de Cajazeiras, apresentamos através do Recenseamento de 1872 a sociedade que compunha o local e quais características possuíam. Indicadores como sexo, escolaridade, raça, profissão e religiosidade apoiaram as análises nessa parte do trabalho.

No segundo capítulo, que possui como título *A composições do mundo rural-urbano*, buscamos observar a composição espacial da cidade, desde a sua zona urbana, que contava com a concentração comercial e burocrática, até a zona rural, onde se concentrava as atividades agropecuárias do lugar, mas sem esquecer do subúrbio, que naquele período era considerado um lugar de indefinição entre as duas zonas.

No terceiro e último capítulo, intitulado *Os processos além dos crimes: um estudo de caso sobre gênero e cotidiano*, utilizamos três processos produzidos por crime, aos quais envolvem mulheres e que nos permitem compreender como ocorriam alguns relacionamentos, em seus sentidos amorosos, sexuais e de vizinhança. Neste, procuramos discutir sobre os valores que orientavam aqueles indivíduos não possuidores de bens, de estratos mais populares da sociedade, e como seus comportamentos eram norteados pelas leis, numa tentativa de imposição da ordem e da civilização.

Por fim, ratificamos que esse trabalho teve como anseio refletir sobre a cidade de Cajazeiras e suas diversas faces, com objetivo de escrever sobre aquilo que faltava nas narrativas existentes, bem como de responder questões que geraram inquietações individuais

acerca das histórias tradicionais produzidas sobre a localidade. Assim, esse foi o caminho possível e escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, e por isso esperamos que ele contribua para os futuros relatos que envolvem o ver, sentir e sonhar essa espacialidade.

1. Capítulo 1 - A documentação e a cidade estudada

A cidade é como um texto: ela pode ser lida! Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar.

(Osmar Luiz da Silva Filho)

Os inventários e partilhas amigáveis são documentos bastante conhecidos dos historiadores, a partir das informações contidas neles pode-se observar o funcionamento de uma sociedade, suas características econômicas, materiais e as relações estabelecidas entre as mais variadas camadas sociais, desde os escravizados até os senhores de terra. Porém, tudo depende dos recortes estabelecidos na pesquisa e dos limites que a documentação produzida possui, tendo em vista que suas características são variáveis a depender da localidade da produção.

No entanto, ainda que adotem as características de cada local de realização, estas fontes primárias, cartoriais, de característica serial, obedeciam a uma lógica de produção: o termo de abertura, avaliação dos bens e dívidas, partilha; que no fim resultará na divisão dos bens entre os componentes do grupo familiar, e em alguns casos para pessoas fora do seio familiar, como doações para amigos, igreja etc. A sua realização também partia da ação de uma série de atores sociais, tanto os funcionários do Juízo – a exemplo dos escrivães, juizes, oficiais de justiça – quanto aquelas pessoas que possuíam alguma relação com o (a) inventariado (a)¹, como o cônjuge, os herdeiros maiores de idade ou órfãos, credores ou devedores, representantes dos ausentes e a “rogos”, isto é, aqueles que assinavam por quem não sabia escrever.

Conseqüentemente, a realização de um procedimento como este envolvia custos, que não eram acessíveis a todos, e por isso ressaltamos que a sociedade que se evidencia nos inventários é aquela que em alguma medida destaca-se como a mais abastada da localidade. Assim, nos utilizamos das informações contidas no arquivo para analisar as características materiais da sociedade, ou seja, tudo aquilo que era possuído pelas famílias: os móveis, as

¹ A pessoa falecida, possuidora do espólio a ser dividido.

ferramentas, as benfeitorias, animais, propriedades rurais ou urbanas, dívidas passivas² e ativas,³ e conseqüentemente a composição da riqueza do local.

Nessa perspectiva, nos aproximamos da cultura material para realizar tais discussões. De modo que este amplo campo de análise se destaca não pelo foco apenas nas coisas, mas sim no significado que estas têm para o funcionamento da vida na localidade. Em conformidade com Ulpiano Meneses (2007) ressaltamos que:

os estudos de cultura material não se caracterizam nem pelo uso determinante de fontes materiais, nem como preocupação exclusiva com artefatos e, eventualmente, seu contexto, como se fossem um segmento à parte da vida social – mas pela análise da dimensão material de qualquer instância ou tempo da vida social. (MENESES, 2007, p. 14)

Dito isso, a cultura material também trata com outras dimensões da vida dentro da sociedade estudada, ela contribui para que o pesquisador possa vislumbrar o seu funcionamento a partir do que era possuído. Logo, tomando como base a utilização dos inventários e em diálogo com a cultura material, concordamos com Adriano Teixeira (2012, p. 65) quando o mesmo afirma que “a partir da análise dos bens deixados, do que era inventariado, da forma como se procedia a partilha, entre outras características, vislumbramos os valores econômicos, sociais e até culturais de uma sociedade.”

Por conseguinte, mesmo com suas características associadas a posses, variadas podem ser as observações sobre a sociedade de que se fala, como por exemplo a partir do diálogo com os Testamentos,⁴ conhecemos o caso de Salvador de Luna Ramalho desejava deixar para mandar rezar de Missas 50:000 (cinquenta mil réis), e para aqueles com quem tinha tido negócio com ele 40:000 (quarenta mil réis), aos pobres que assistirem ao seu enterro outro tanto, e 50:000 (cinquenta mil réis) para a Capela de Nossa Senhora.⁵ Esse documento, demonstra uma prática do cenário pós-morte, mas que reflete parte do desejo do morto quando ainda estava em vida. Importa salientar que este é um caso de quem possuía algo para deixar a sua prole, aos pobres e a igreja e que não se caracteriza como uma regra dentro da amostra estudada.

À vista do trecho citado, uma característica que marca a realização do processo e as pessoas envolvidas é a religiosidade, de maneira que essa estava intimamente ligada ao

² Aquelas em que o inventariado e sua parentela deviam a alguém.

³ Aquelas em que um indivíduo devia ao indivíduo inventariado.

⁴ Aos quais podem vir ou não anexados aos autos e se constituem registros feitos em vida pela pessoa falecida, reconhecidos pelo cartório com suas últimas vontades.

⁵ Inventário e testamento de Salvador de Luna Ramalho. Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1876.

Estado, refletida desde as primeiras páginas dos autos, em que antes de se informar a data, escrevia-se “No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo”, o que em grande medida corrobora com a ideia de que foi argumentada por Câmara Cascudo, ao afirmar que

A unidade religiosa que se firmou aqui, desde o início da colonização, condicionou e favoreceu o estabelecimento de um catolicismo como expressão religiosa dominante, inteiramente acomodada e penetrando, com seus valores, todos os setores da vida social. (CASCUDO, 2000, p. 582-582)

Assim, as características impressas nessas fontes, as quais faziam parte do contexto de sua produção, revelam o catolicismo como algo que faz parte dos procedimentos jurídicos realizados na localidade, a priori, Igreja e Estado eram indissociáveis. Por isso, a cidade inventariada de que se fala e os grupos inseridos nesta, estavam envolvidos em práticas cristãs, que fizeram parte da constituição dos espaços sertanejos, aos quais maioritariamente passaram a ser formados em torno das igrejas e de seus ideais.

A aliança entre Estado e Igreja remonta ainda ao período colonial, pois a presença da Igreja nas terras ainda não ocupadas, além de significar os marcos expansionistas dos territórios das capitanias, funcionava como uma maneira de legitimar a presença do homem branco nos sertões, no território do “bárbaro”, nas áreas a serem desbravadas. As instituições que também eram edificadas a partir das doações particulares, serviram como marco das sesmarias concedidas (OCTÁVIO, 1983) e conseqüentemente para o futuro ordenamento urbano.

Não obstante, um claro exemplo dessa aproximação entre o Estado e a Igreja é a realização dos procedimentos necessários para as investigações e sentenças dos crimes. As testemunhas que eram convocadas para darem depoimentos a partir do seu conhecimento sobre o caso, prestavam um juramento com a mão direita sob um livro dos Santos Evangelhos, e prometiam dizer a verdade do que soubessem e do que lhe fosse perguntado, sendo essa uma prática que permanece mesmo após o advento da República e nos possibilita compreender que os procedimentos burocráticos continuavam perpassados pela religiosidade.

Conforme explica Ayrle Figueiredo (2022), após a instauração da República, a documentação passa a levar em consideração os anos decorridos desde a proclamação, e a sociedade passa a viver as tensões do período. No entanto, acreditamos que a referência ao evento no início do processo não indica uma separação efetiva entre o Estado e a Igreja, de modo que outras práticas burocráticas, como por exemplo os variados juramentos, continuaram sendo desenvolvidos a partir dos fundamentos religiosos, de maneira que são utilizados os Santos Evangelhos como base para a promessa.

Portanto, a religiosidade impacta diretamente na organização da vida, e no caso de Cajazeiras até o ano de 1889, a Igreja Católica era responsável por todas as questões burocráticas que o Estado assume no mesmo ano. Os registros de nascimento, casamento e óbito que estavam sob a alçada da instituição religiosa, passaram a ser administrados pelo Cartório. Nesse sentido, uma série de mudanças passam a ser vivenciadas pela sociedade, como por exemplo a secularização dos cemitérios, de maneira que na localidade estudada, o cemitério que antes aparecia na documentação como da “Capela do Coração de Maria”, passa a ser o “Cemitério Público”.

Todavia, essa união interferia também no cotidiano, nas práticas que são de caráter individual e coletivo. As sociedades que vão se estruturando nesse sertão, ancoradas nas noções do sagrado, criam, vivem, transformam os territórios, e os usos do espaço, através das procissões, orações comunitárias e rituais, ocorridos na zona urbana, aos quais denotam o uso sacro da cidade (TEIXEIRA, 2009). Além disso, tendo em vista que as opções de lazer eram poucas, os eventos religiosos tinham função de divertimento e sociabilidade, sendo as festas dos santos bastante animadas.

Isso posto, a Igreja tinha um papel fundamental também para a organização do espaço urbano, mas Rubenilson Teixeira (2009) nos informa sobre as transformações que a urbe sofre a partir dos processos de secularização. Aqueles ambientes que anteriormente eram orientados pelos preceitos religiosos, e configurava a cidade de Deus, passaram a compor a cidade dos homens, à medida em que a regulamentação da vida começou a ser orientada pelas leis civis, com os códigos de posturas com dimensões da moralidade a ser seguida.⁶

Desse modo, levando em consideração a ordem e a moralidade, a cidade pode ser vista por uma outra dimensão, a dos processos crimes, pois é através dos arquivos judiciais que podemos compreender diversas relações e indivíduos que não eram possuidores de bens, mas trabalhavam, se relacionam, constituíam família, tinham as suas vivências religiosas, desafiavam a ordem e sobretudo habitava o espaço estudado. Por isso, a utilização dessas fontes, também funcionam como uma releitura e atualização daquilo que já foi escrito em relação ao local, mas não que privilegia apenas os grupos possuidores, destacando os indivíduos das classes populares, como aqueles também fizeram deste um espaço produzido e vivenciado historicamente, mas que acabam por serem silenciados nas narrativas hegemônicas-tradicionais.

Desse modo, pontuamos a importância de discutir a localidade para além do seu plano material e arquitetônico. Pois, com base em Durval Muniz (2008), a análise dos elementos de

⁶ O autor analisa não apenas o período estudado, mas toda a formação da cidade de Natal - RN.

ordem estrutural que definem uma região não é suficiente para entender como esta localidade se mantém em todos os seus aspectos, já que, isto ocorre no plano das interações simbólicas, no plano do sentido e do significado. Sendo assim, é adotada dentro dessa pesquisa a perspectiva da História Local e Urbana, para que reflexões quanto ao objeto sejam desenvolvidas também a partir da necessidade de compreendê-lo como um lugar vivido, produzido, ocupado em virtude da ação humana, um espaço funcional e de interações.

Acerca do campo teórico da História Urbana, destacamos que a trajetória de pesquisas não é recente, as histórias urbanas tiveram suas criações no século XVI, mas, não eram realizadas por historiadores, sendo esta uma característica comumente encontrada também em outros tipos de produção da Historiografia. Apesar disso, é apenas a partir do fim do século XIX, que os historiadores passaram a se preocupar mais intensamente com este objeto de estudo. Mas, de maneira mais concisa, o campo da História Urbana só passa a se consolidar enquanto uma área investigativa no século XX (MONTEIRO, 2012).

Sendo assim, ainda que as produções na área tenham surgido há mais de quatro séculos, é, especialmente, a partir do século XX, que ela passa a interessar intensamente àqueles que produzem a História; o que faz dessa uma categoria recente para a disciplina citada. Nesse mesmo período, as questões sociais e a urbanização passaram a ser problemáticas centrais para os estudos relativos à urbe e, a partir disso, outras perspectivas de análise foram surgindo, as quais fazem a História Urbana ser percebida como a investigação das diversas facetas da cidade. No entanto, no que diz respeito a essa área cabe ressaltar também que:

Essa produção esteve, por muito tempo, inserida no âmbito da história da arte e/ou da arquitetura com pouca ou nenhuma ênfase em aspectos econômicos, sociais ou políticos, basicamente referenciados à dimensão estética e formal, mais no âmbito da história da produção cultural. A essas modalidades somaram-se as contribuições dos historiadores propriamente ditos com interesse no urbano. (SILVA, 2001, p. 211)

Ademais, vale destacar que ainda que os estudos sobre as cidades brasileiras no século XIX e início do século XX, tenham contribuído para o fortalecimento do campo da história das cidades, eles foram, em geral, se apoiando na análise de legislações e planos urbanísticos que regulavam a estrutura e infraestrutura física urbana (BORIN, 2016). Portanto, percebe-se que, anteriormente, essa era uma área mais ligada à questão material e arquitetônica da cidade, porém, a partir dos novos interesses sobre o objeto, perspectivas sociais também foram sendo inseridas à ele. De modo que nesse estudo, a História Urbana é adotada enquanto

um caminho de exploração sobre as questões que configuraram a cidade, mas que não se centraliza na infraestrutura.

Logo, nota-se a urbe na qualidade de um objeto de estudo histórico, como o que Maria Stella Bresciani (2007) chamou de “um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social” (BRESCIANI, 2007, p. 237). Compreende-se esse enquanto um espaço que guarda versões de variados tempos, e que foi produzido por pessoas, que também o modificam e fizeram dele uma produção social. Isto posto, este espaço não é apenas a matéria, o concreto; ele é uma composição humana, um lugar dinâmico, o qual carrega vestígios também imateriais, de diversos movimentos de cultura vivenciados pelos grupos que garantiam o seu desenvolvimento.

À vista disso, fica evidente que o espaço urbano não é estático, ele é um lugar formado e transformado por diversas peças. Ruben Oliven (2010) pontua que ao estudar a origem, evolução ou função de cidades deve-se sempre especificar as suas forças históricas, para dar enfoque nos diferentes tipos de cidades que variam no tempo e no espaço. Assim, os conceitos e perspectivas que orientam a pesquisa foram escolhidos a partir da necessidade de discutir a cidade como um ambiente plural, de diversos hábitos, práticas, mentalidades, discursos e indivíduos que o formavam.

Logo, essa pesquisa baseia-se na pretensão de realizar não um trabalho de apresentação, nem explicação regional, mas de ressignificação, ou como pontuou Durval Muniz “de atualização do sentido que a região possa ter, é um trabalho de invenção ou re-invenção do regional.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 9). Conseqüentemente, adota-se um caminho de investigação da História Local, que considera também os sentidos e significados culturais que influenciam na composição do recorte espacial e, por isso, exige do historiador um posicionamento crítico nesse percurso do fazer histórico, tendo em vista que ao abordar a criação dessas regiões resvalam-se discursos clássicos e limitados sobre elas.

Dessa maneira, a cidade inventariada da qual se fala é fruto de seu próprio tempo, e envolta nos ritos que constituem a organização dos seus mais variados âmbitos. Assim, mesmo com as marcas impostas pelo tempo, produziu-se algumas pistas que nos servem de base para a discussão sobre a cidade, as quais, a partir do cruzamento das informações documentadas garantem a observação de vários sentidos de Cajazeiras: os econômicos, sociais, materiais e locais, além da constituição do local como um espaço vivo, formado por pessoas, que garantem o seu funcionamento.

1.1 A cidade documentada e a Historiografia local

As cidades são objetos de muitos discursos, e conseqüentemente de várias escritas, o que em maior parte influencia na criação de uma História a partir de fragmentos. E no caso das narrativas oficiais, sobretudo das espacialidades sertanejas, é comumente observado que alguns indivíduos recebem certo destaque. Estes, quase sempre são do sexo masculino e faziam parte do grupo dominante que inicia a povoação do local, o que acaba por colocá-los em distinção dos demais. No entanto, a História é continuamente escrita, e assim deve ser, pois além das elites locais, outros que não eram destacados como notáveis também integraram a localidade e foram parte do funcionamento dela.

No caso de Cajazeiras, além dos homens de grande proeminência, que dão nome às ruas da cidade e outras instituições, existiam em 1872 os negros, pardos, brancos ou caboclos, casados, solteiros ou viúvos, mulheres ou homens, adultos e crianças, estrangeiros ou brasileiros, da Parahyba do Norte ou não, com alguma profissão ou sem profissão. Logo, várias poderiam ser as características da população, mas é inegável que eles compunham a Cajazeiras do fim do século XIX e início do século XX, o *locus* de que se fala, e contribuem agora com o que Sandra Pesavento chama de “o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe” (PESAVENTO, 2007, p.20).

Contudo, as narrativas escritas e orais denotam a História da cidade estudada. Nelas estão presentes a bravura de homens notáveis, tanto na realização das atividades comerciais como na povoação e os seus destaques na educação. Mas, em que medida essas histórias explicam o desenvolvimento do local? Como podemos explicar a região para além desses ideais? Tentaremos responder a seguir a partir das discussões teóricas já propostas e da análise das informações dos autos, pois como discute Paola Jacques (2018) é o historiador quem “cata e monta com os fragmentos que sobram porque estes têm a capacidade tanto de desmontar a história ‘oficial’ ou ‘hegemônica’ do presente, quanto de remontar outros tempos heterogêneos.” (JACQUES, 2018, p.217)

À vista disso, levantamos uma questão inicial sobre o desenvolvimento Cajazeiras, que é chamado por Francisco Álisson de Oliveira (2015, p.23) de “localização geográfica privilegiada”, e apontado pelo mesmo autor como um dos quesitos não muito apresentado pela Historiografia como impulsionador do progresso na localidade. Este fator pode ser compreendido a partir de sua proximidade com outros estados do Nordeste, a exemplo do Rio

Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, o que em grande medida facilitaria as trocas comerciais e a migração de indivíduos, portanto, de uma circularidade e mobilidade.

Dessa maneira, este argumento pode ser reforçado a partir do que expõe Silva Filho (1999), ao afirmar que no fim do século XIX a riqueza chegava a Cajazeiras atreladas às novidades das capitais Recife, João Pessoa e Fortaleza. Além do mais, em diálogo com o exposto, também podemos fortalecer essa justificativa a partir dos dados contidos na documentação, em que pessoas dessas localidades citadas próximas mantinham alguma relação com a espacialidade estudada.

Destacamos como primeiro caso o Barão e a Baronesa de Messejana, aos quais residiam em Aracati, Província do Ceará, e foram representados em Cajazeiras pelo seu procurador Joaquim Carlos de Albuquerque, e no ano de 1885 vendem a Vicente Andriola, italiano, por 100\$000 (cem mil reis), uma casa de tijolos, coberta de telhas, localizada na rua Bela, número nove.⁷ Em um segundo caso, Manoel Francisco de Oliveira, 36 anos, solteiro, agricultor, e José Rosa de Andrade, 39 anos, casado, agricultor, aparecem em 1885 como testemunhas em um processo crime, onde ambos afirmam ser naturais do Rio Grande do Norte.⁸ E em terceiro caso, José Domingos de Marcella, 27 anos, aparece como testemunha em um processo crime, e afirma ser natural de Pernambuco, mas residia em Cajazeiras.⁹

Em vista disso, nota-se a partir dos dados contidos nos inventários e processos crimes, que estes indivíduos naturais de outras províncias ou da Parahyba do Norte, residentes ou não em Cajazeiras, possuíam relações com a localidade. Além disso, podemos também citar uma menção a uma dívida feita em um processo de arrendamento de terras¹⁰, de modo que foi exposta uma liquidação das dívidas comerciais em que estavam abrigadas para com as firmas comerciais da Praça do Recife, Sousa Martinho e Companhia. Esses casos apresentados refletem a circularidade e mobilidade dos indivíduos entre Cajazeiras e outras localidades vizinhas, oriundos das províncias do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

Ainda, os dados do Recenseamento de 1872, como demonstra o gráfico a seguir, sugerem uma circularidade ainda maior. Através dele, podemos observar que a maior concentração de pessoas residentes na vila – pois o em 1872 Cajazeiras ainda não havia recebido o título de cidade – eram naturais do atual Estado da Paraíba, totalizando 5906 respostas ao censo, sendo seguido pelo vizinho Estado do Ceará, com 787 respostas,

⁷ Escrituras de compra e venda de imóveis, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

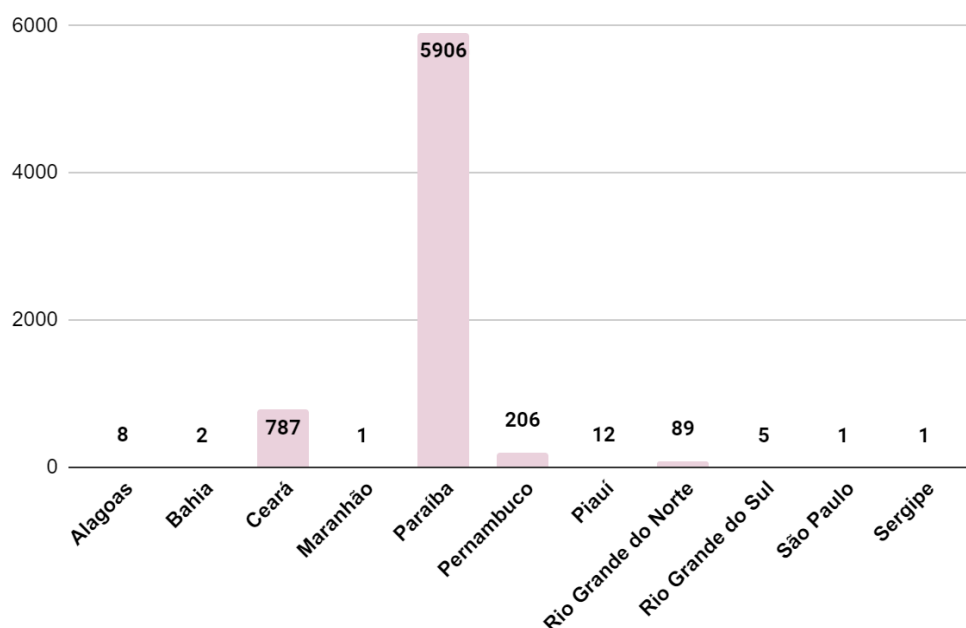
⁸ Sumário de culpa por delito contra José Teixeira dos Santos, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1885.

⁹ Processo Crime por assassinato de Maria de Tal, cometido por Antonio Luis Rodrigues, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1903.

¹⁰ Petição para arrendamento de terras, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901.

Pernambuco com 206 respostas e pelo Rio Grande do Norte com 89. Além dessas, 8 pessoas que responderam eram naturais de Alagoas, 5 do Rio Grande do Sul, 2 da Bahia, 1 do Maranhão, 1 de São Paulo e 1 de Sergipe, e ainda 2 estrangeiros, 1 da Itália e outro de Portugal, o que totaliza 7020 pessoas residentes em Cajazeiras. Logo, observa-se a partir dos maiores números e das várias fontes disponíveis, que a tese da localização “privilegiada” é reforçada com a observação de pessoas dos estados mais próximos residindo em Cajazeiras.

Gráfico 1: Estados de origem da população de Cajazeiras - PB (1872)



Fonte: Recenseamento de 1872. Biblioteca do IBGE. Elaborado pela autora (2022)

Todavia, além dessa tese, outra que podemos destacar é em relação às atividades desenvolvidas que garantem o desenvolvimento da vila. Para Osmar Filho (1999, p. 239) “na Paraíba, a agricultura e a pecuária eram as fontes de renda mais expressivas, tornando o Estado agrícola e pastoril”. No caso de Cajazeiras, isso pode ser observado a partir das profissões informadas também no Recenseamento de 1872, onde há um expressivo destaque às atividades agropecuárias, conforme explícito na tabela abaixo.

Tabela 1: Profissões dos residentes em Cajazeiras - PB (1872)

Profissão	Quantidade
advogados	8
artistas	95
comerciantes, guarda-livros e caixeiros	36
costureiras	60
criados e jornaleiros	42
empregados públicos	16
lavradores	1584
operários de calçados	7
operários de edificações	9
operários de vestuários	34
operários em madeira	16
operários em metais	8
religiosos seculares	4
sem profissão	4271
serviços domésticos	835

Fonte: Recenseamento de 1872. Biblioteca do IBGE. Elaborado pela autora (2022)

Embora os indivíduos que não possuíam profissão no momento em que foi realizada a pesquisa apareçam em maior número, totalizando cerca de 60% do contingente, acredita-se que o mesmo se deva ao fato de crianças e idosos tenham sido automaticamente incorporados nessa contagem “sem que houvesse uma preocupação em definir o que se considerava como infância e velhice, ou, ao menos, em estipular as idades extremas que caracterizariam o ingresso e a retirada do mundo produtivo.”, como já apontou Alexandre Camargo (2018, p. 424). Em segundo lugar, aparecem os homens e mulheres que eram lavradores, que entre livres e escravos, totalizam o valor de 1854 pessoas, as quais significam 22% da população, com isso, pode-se notar que esta era uma atividade assídua da região, e conseqüentemente se necessitaria de mais mão de obra para sua realização.

Não obstante, além dos dados do recenseamento citado na tabela anterior, um fato que também demonstra essa premissa da atividade agrária, é a frequência das menções à profissão de agricultor, sobretudo os processos criminais, quando as testemunhas, geralmente vizinhas ou em alguma medida próximas às vítimas ou réus, são chamadas a falar o que sabem sobre os

acontecimentos que originam os crimes. Ao serem questionadas sobre informações pessoais como idade, profissão, estado civil, naturalidade e nível de instrução, mencionam muito frequentemente as atividades agrícolas como ocupação. E no caso dos inventários, o mesmo pode ser notado na inventariação dos bens, como a grande concentração de partes de terra e ferramentas que estão ligadas ao trabalho rural.

Além da agricultura, a atividade pecuária também pode ser observada através de diversas características e menções nos registros catalogados. A criação de animais ocupa um lugar expressivo na composição da economia local, o que também indica uma potencialidade econômica, e está intimamente associada ao que propõe Osmar Filho (1999) sobre a Paraíba ser considerada uma região pastoril. Nesse ínterim, lembramos que além daqueles animais destinados ao consumo e a produção do couro, existiam os destinados ao transporte de pessoas e de cargas.

Portanto, ao se juntar a tese Historiográfica, os dados dos inventários, dos processos crimes e do Recenseamento de 1872, observa-se que a agricultura possuía uma relevância para o movimento da localidade, e conseqüentemente da sua economia. O que de certo modo não é uma realidade exclusiva da cidade nem do período estudado, mas que pode ser observado nessa região a partir das fontes inquiridas neste estudo. Aliás, as atividades associadas à agricultura não devem ser observadas de modo isolado, pois também se aproximam com outros componentes que constituem a materialidade desta urbe, como é o caso das atividades comerciais representadas pela feira, o algodão e o comércio, que também são destacadas na Historiografia Local como impulsionadoras do progresso,

Sobre estes itens citados, lembramos o que informou Osmar Filho (1999, p. 292) sobre o assunto, quando nos escreve que “as feiras, que eram realizadas desde o século XIX na pequena ‘urbe’, nos períodos de safra da pluma branca, foram acompanhadas de animada projeção. Com o algodão, a riqueza chegava a Cajazeiras, definitivamente”. A respeito da feira observa-se que a mesma foi criada no ano de 1858, antes mesmo da chegada das grandes safras de algodão na região, e já possuía certa influência na urbe, de maneira que isso pode ser percebido através da concentração de residências no que fora chamada de “Rua da Feira”, e posteriormente “Rua da Feira Velha”, dentro da documentação estudada, se constituindo como uma das ruas com a maior quantidade de casas catalogadas dentro do arquivo.

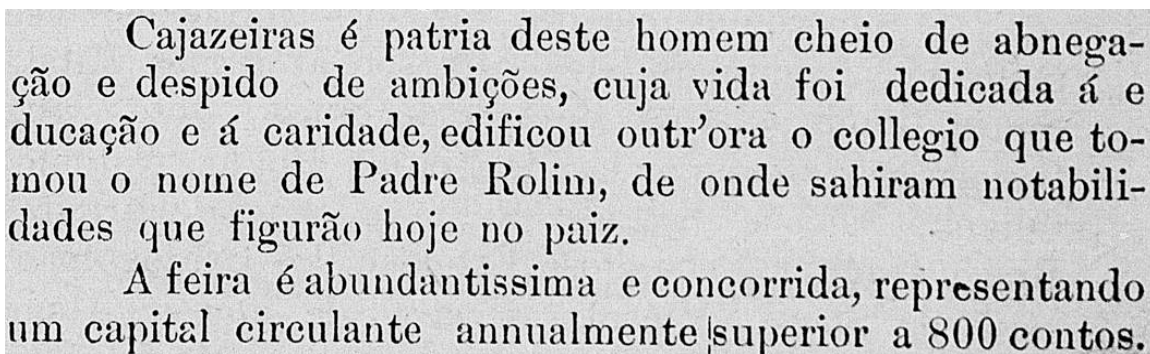
Além do mais, o item que se constitui como “a flor da cidade”, como também era chamado o algodão, é tido como um impulsionador tradicional nos discursos sobre a chegada do desenvolvimento na cidade. Sobre esse produto, é sabido que o mesmo ocupa um lugar central nas relações econômicas e comerciais não apenas de Cajazeiras, como também de

outras localidades do sertão da Paraíba, principalmente no século XX. Mas, vale destacar que as menções ao algodão na documentação são bastante pontuais e não muito frequentes, as quais discutiremos no próximo capítulo.

Por conseguinte, percebe-se que essas características levantadas pelo tradicionalismo local, podem ser notadas com base na documentação utilizada para a pesquisa. Porém, uma questão que nos inquieta e que gostaríamos de levantar é sobre como essas teses, que nas narrativas construídas funcionaram como impulsionadores da urbanização e do enriquecimento, de algum modo colocam a elite cajazeirense como grande protagonista e responsável pelo desenvolvimento local, inviabilizando a ação de outros indivíduos igualmente atuantes.

Além da feira, do algodão e do comércio, o Colégio do Padre Rolim é também destacado tradicionalmente como impulsionador do progresso econômico do local, como se pode verificar no trecho do Almanak do Estado da Parahyba (Figura 1). Assim, argumentos como os que direcionam nosso olhar para a premissa de que o local analisado deve receber destaque pela sua importância cultural, e influência na região no século XIX, através da escola do Padre Rolim (SILVA, 2004), povoam não apenas a escrita memorialística, como também a acadêmica, o que torna tais discursos oficiais.

Figura 1: Almanak do Estado da Parahyba de 1899



Cajazeiras é patria deste homem cheio de abnegação e despido de ambições, cuja vida foi dedicada á educação e á caridade, edificou outr'ora o collegio que tomou o nome de Padre Rolim, de onde sahiram notabilidades que figurão hoje no paiz.

A feira é abundantissima e concorrida, representando um capital circulante annualmente superior a 800 contos.

Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (1899)

O lugar analisado é tido popularmente como algo que nasceu à sombra do Colégio criado pelos esforços do clérigo destacado, fazendo desta “A cidade que ensinou a Paraíba a ler”. À vista disso, concordamos com Francisco Álisson de Oliveira (2015, p.22) quando o mesmo afirma que:

A fundação de um eixo educacional pelo Padre Rolim, por si só, não explica o processo de expansão da população local e a consequente transformação do

povoado em vila, alcançando sua emancipação política em pouco tempo. Não podemos também desmerecer ou diminuir historicamente que a implantação dessa escola soou importante e é tida como o primeiro passo no processo de engrandecimento do lugar.

Dito isso, a mesma escola que foi construída em sua primeira versão no sítio dos seus pais no ano de 1829, posteriormente, no ano de 1836, ganha um novo espaço em virtude da procura, desta vez no “centro” da localidade, nas proximidades da Capela de Nossa Senhora da Piedade, atual Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima (LEITÃO, 2000). Essa instituição, é colocada na narrativa tradicional como um atrativo para a vida urbana, o que teria impulsionado o seu desenvolvimento, porém, como foi destacado, a sua criação por si só não explica toda a urbanização da cidade, e a utilização do argumento emprega o protagonismo e o sucesso da educação local a alguns agentes pontuais da região.

A criação do eixo educacional, além de ser colocado na História Local enquanto um fator determinante para o crescimento da urbe, também serviu como um aliado na criação da Diocese de Cajazeiras em 1915, pois a Igreja se colocou nessas disputas com a argumentação de que houvera sido incentivadora do ensino através de instituições católicas. No entanto, o ensino católico se enraizou na região, a ponto de que só foi criada uma instituição de ensino médio público na década de 1960 (ROLIM, 2016), algo que só foi possível por ter existido mobilização por parte da juventude pela reivindicação do ensino público e gratuito, a qual foi capaz de romper a resistência da cúpula eclesiástica regional.

Assim, os discursos que constroem as razões de crescimento da espacialidade e os grupos envolvidos neste processo, se aproximam do Padre Rolim e a sua parentela, exemplo da criação da feira que, como indica Deusdedith Leitão (2000), teve sua fundação em 1858 pelo Padre Rolim, juntamente com Vital Rolim, seu sobrinho e Sabino Coelho, seu cunhado. De modo que, suas ações nos mais variados segmentos da cidade, os coloca no patamar de elementos fundadores da prosperidade econômica local. E conseqüentemente, tornam-se argumentos utilizados pela Historiografia Local enquanto fatos estáticos e únicos, relativos às tramas do local, destacando o grupo de “fundadores” e seus aliados como os principais responsáveis pelo progresso.

No tocante a isso, Le Goff (1990, p. 67,68) discute que:

as cidades, quando se constituíram como organismos políticos conscientes da sua força e do seu prestígio, também quiseram exaltar esse prestígio, valorizando a sua antiguidade, a glória das suas origens e dos seus fundadores, a gesta dos seus antigos filhos, os momentos excepcionais em que eles foram favorecidos com a proteção de Deus, da Virgem ou do seu

santo padroeiro. Algumas destas histórias adquiriram um caráter oficial, autêntico.

Isso posto, não queremos anular a contribuição que cada tese apresentada possui na constituição de Cajazeiras enquanto povoação, vila e posteriormente cidade, mas utilizamos a documentação em diálogo com a História Tradicional para repensar a quem interessa tal narrativa, e por qual motivo não existem outras figuras incluídas nelas. Por fim, sabemos que atrelados àqueles mais abastados, e que comumente são colocados como grandes nomes do local, existiam os *infelizes*¹¹, aqueles que eram pobres, trabalhadores, escravizados, moradores do subúrbio, ladrões e endividados, mas que também habitavam o espaço, participavam do seu funcionamento e conseqüentemente devem ser compreendidos como sujeitos históricos, os quais foram imprescindíveis para formação desta cidade desde os seus tempos mais remotos.

E é sobre eles que discutiremos a seguir...

1.2 Uma cidade viva: as gentes que lá estavam

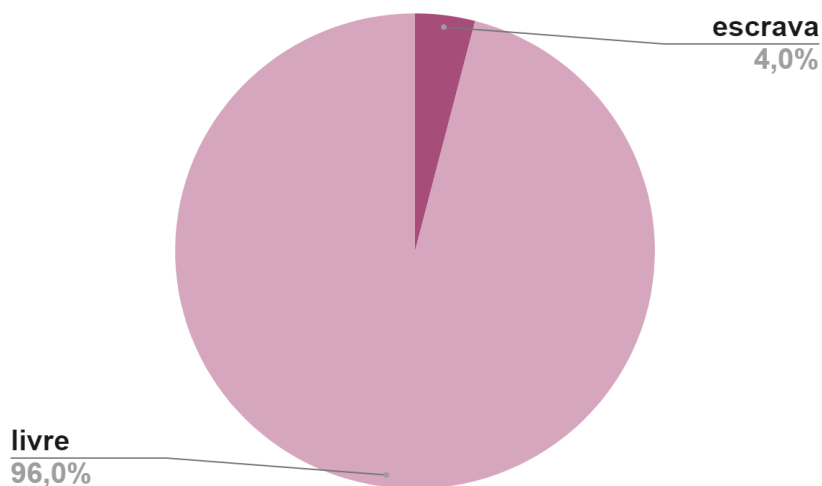
Levando em consideração a ocupação e as vivências do espaço, e tendo em vista que muitas informações sobre as pessoas envolvidas nos processos citados são insuficientes para analisar aspectos das mesmas, uniu-se ao estudo dessa cidade inventariada o Recenseamento de 1872, pois nele constam informações sobre a população em geral: qual o seu número, se eram livres ou escravas, a religião predominante, de onde eram e quais atividades desenvolviam. Esse documento e os primeiros processos do fórum são separados num espaço de um ano, porém foram analisados em conjunto por se compreender que o tempo que os separa se configura como uma curta duração, a qual não apresentaria mudanças tão substanciais na sociedade estudada. Em grande parte, estes dados demográficos complementam os dos inventários, ao possibilitar a inserção de outros grupos dentro da pesquisa, como os escravizados, os quais aparecem como bens nos inventários.

Dito isso, o contingente populacional estudado é composto por homens e mulheres, brasileiros ou estrangeiros, os quais totalizam a quantidade de 7020 pessoas, como foi apresentado anteriormente, sendo pessoas livres (96%) e escravizadas (4%), como demonstrado no gráfico a seguir (Gráfico 2). Visualmente, fica evidente que a maior parte da

¹¹ Termo utilizado na documentação para se referir aqueles que foram lesados em alguma situação.

sociedade era composta por pessoas livres, mas, tem-se em consideração de que a edificação e o exercício das atividades da região não ocorreram sem a mão de obra de pessoas escravizadas, ainda que neste momento constituam uma diminuta parcela da população, apenas 4%, totalizando 283 pessoas.

Gráfico 2: Condição da população de Cajazeiras - PB (1872)



Fonte: Recenseamento de 1872. Biblioteca do IBGE. Elaborado pela autora (2022)

Contudo, um dado que pode ser levado em consideração em relação à pesquisa, é que enquanto o Recenseamento de 1872 afirma haver em Cajazeiras uma população de 7020 pessoas, o Almanak do Estado da Paraíba, de 1899, informa que a sua população era de 2858 almas. Por não haver uma especificação sobre tais dados, acredita-se que o número diminuto do Almanak estivesse restrito à população localizada na zona urbana, pois referencia informações sobre quantidade de casas, a iluminação, os estabelecimentos e as atividades desenvolvidas nessa, o que nos leva a acreditar que o documento está abordando apenas essa área. Porém, os dados adotados para os gráficos foram do Recenseamento, por se tratar de uma pesquisa nacional da população, conter mais categorias de análise e considerar os territórios anexados às freguesias, que no caso de Cajazeiras, era a de Nossa Senhora da Piedade.

Sobre os dados do gráfico 2, deve-se lembrar também que o ano de 1872 antecede em 16 anos a abolição da escravidão, além disso, já existia a Lei Eusébio de Queiroz (1850), o que faz do período um momento de considerável declínio desse regime escravista. Todavia, em conformidade com Wlisses Abreu (2011, p. 71) ao discutir sobre a escravidão no sertão da

Paraíba, destacamos a participação dessa população nos mais variados setores produtivos da região, desse modo os escravizados:

figuravam como importante parcela entre a riqueza dos senhores, estando presentes nos trabalhos domésticos, nos relacionados à construção e conservação de benfeitorias (currais, cercas, açudes, cacimbas, entre outros), na condução das boiadas, na criação de uma variedade de animais (carneiros, ovelhas, bodes, galinhas, etc.), no trato com a lavoura, na edificação de moradias, na vigilância das propriedades e de outros escravos, entre as mais variadas tarefas.

Em vista disso, as pessoas escravizadas poderiam ser direcionadas tanto aos trabalhos rurais, quanto urbanos, bem como constituíam uma parte significativa das riquezas das famílias. Entretanto, para além do entendimento desses indivíduos enquanto propriedade de outrem, que eram notificados nos inventários como bens semoventes, ao lado dos rebanhos de animais, com primeiro nome e idade, adotamos dentro da pesquisa a perspectiva de que suas ações foram expressivas para o desenvolvimento da cidade. Pois, conforme citado acima, eles possuíam funções nos mais variados espaços, como por exemplo na agricultura, pecuária, nos trabalhos domésticos.

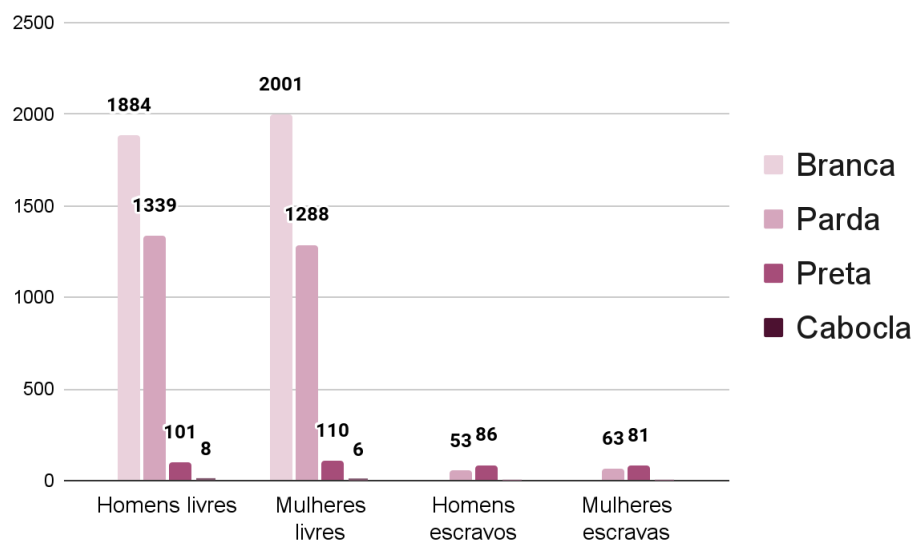
Como informado no Recenseamento de 1872, as únicas profissões que aparecem como ocupação dos escravizados são: lavradores, serviços domésticos, criados jornaleiros e sem profissão específica. Logo, juntamente com os trabalhadores livres e libertos, esses também atuaram na região rural e urbana da localidade estudada. Porém, ainda que os grupos citados possuam as mesmas ocupações informadas, o regime de trabalho e as vivências sociais alcançáveis eram diferentes para tais estratos, por isso compreendemos que cada um com as suas particularidades.

Além da condição, outros fatores também foram adotados dentro do censo enquanto categorias de análise. Para as pessoas livres, as raças¹² presentes são: branca, preta, parda e cabocla, de modo que aquela que aparece em maior número, tanto para as mulheres quanto para os homens, é a branca. Já no caso das pessoas escravizadas, as únicas raças presentes são: preta e parda. Como se pode notar no gráfico abaixo, na população livre também continha pessoas notificadas como pretas, o que nos leva a crer que possivelmente, grande

¹² A presença dessa categoria no estudo, parte do objetivo de analisar as diferenças fenotípicas e sociais dos indivíduos residentes na localidade, por isso resolveu-se manter o termo presente no Recenseamento de 1872. O uso do conceito baseia-se no que foi analisado por Kabengele Munanga (2022), ao afirmar que o problema do racismo não se encontra mais na erradicação do termo raça, tendo em vista que essa ideologia persiste, mesmo sem o uso do conceito. Para o autor, a solução estaria na educação e socialização que destaque a coexistência das diferenças.

parte destes são indivíduos libertos ou descendentes de libertos, isto é, de alguém que era escravo e recebeu ou comprou sua alforria.

Gráfico 3: Raça da população de Cajazeiras - PB (1872)



Fonte: Recenseamento de 1872. Biblioteca do IBGE. Elaborado pela autora (2022)

Portanto, nota-se que o fator da raça estava intimamente relacionado à condição, e por isso as pessoas que fazem parte do grupo dos escravos logo são adicionadas em apenas às cores preto e parda. Isso posto, cabe evidenciar que essa característica não faz parte daquelas que são rotineiras nos inventários e demais processos, apenas aparecem no caso dos escravizados arrolados nos bens semoventes. Por isso, resolveu-se apresentar essa informação, como modo de observar a formação da sociedade estudada a partir das características biológicas e sociais.

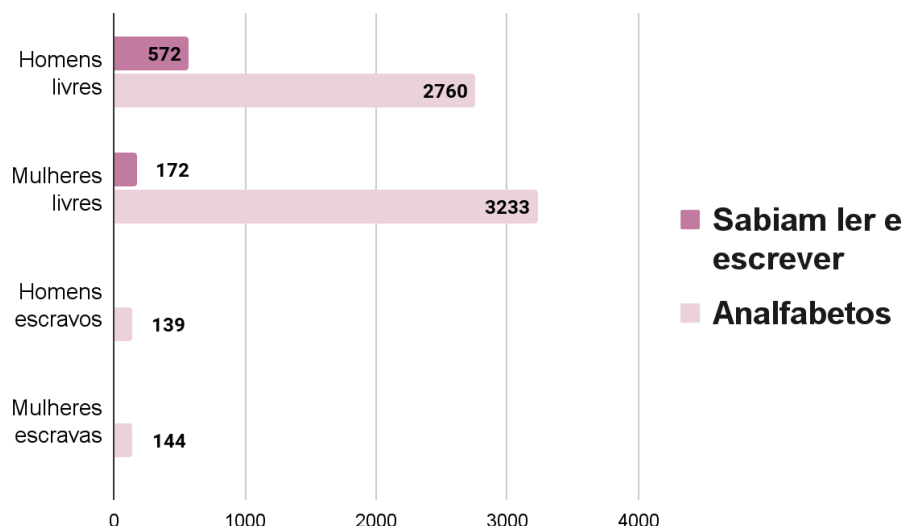
Para mais, outra característica dos grupos analisados, e que em muito dialoga com a História da cidade, é a instrução disponível à população. Pois, mais uma vez retornamos ao mito fundador de Cajazeiras, explicado por Francisco Álisson de Oliveira (2015) ao expor que Inácio Rolim, o padre mestre:

ajudou a fortalecer os alicerces da municipalidade, fazendo-a germinar quando trouxe para cá suas convicções religiosas e educacionais ao edificar um pequeno núcleo escolar e difundir seus ideais de espalhar a ‘redenção sertaneja’ através do letramento dos mais humildes. (OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Todavia, é o contrário disso que percebemos na documentação. De 7020 pessoas apenas 744 informaram saber ler e escrever, dentre elas 572 eram homens e 172 mulheres, o

que nos sugere que o contingente de alfabetizados da população do lugar era bem reduzido, representando aproximadamente 10% dos “habitantes de fato”¹³ como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Instrução da população de Cajazeiras - PB (1872)



Fonte: Recenseamento de 1872. Biblioteca do IBGE. Elaborado pela autora (2022)

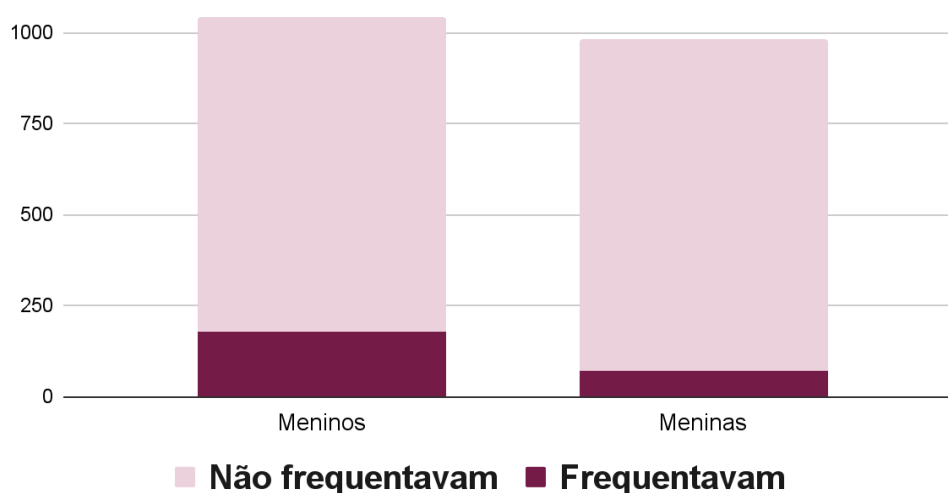
Conforme explícito no gráfico, a maior quantidade de pessoas que sabiam ler e escrever eram os homens livres, e não é por acaso que isso seja uma realidade no local analisado, tendo em vista que a educação feminina passa a ser difundida apenas no século XIX. Pois, anteriormente a isso, as mulheres eram vistas como incompatíveis à prática, de maneira que a ideia de contraste era afirmada a partir do distanciamento em relação à alfabetização, leitura, produção de textos, profissionalização e participação na vida pública (GUSMÃO, 2012).

A partir disso, ressaltamos que é bastante recorrente dentro dos processos do arquivo catalogado, que homens assinem como arrogos de mulheres por essas não saberem ler e escrever. Isso se deve muito ao fato de que mesmo quando a educação feminina passou a ser perpetuada ela não estava acessível a toda população. Ademais, também passou a contar com um repertório bem específico direcionados a esse grupo com acesso ao letramento, a estudo das línguas estrangeiras, habilidades de conversação e desenvoltura social, para que pudessem cumprir bem as funções de mãe e esposa nas sociedades urbanas (GUSMÃO, 2012).

¹³ Termo utilizado no Recenseamento de 1872 para designar o contingente populacional, de maneira que neste eram incluídos desde as crianças, até os idosos, tanto aqueles livres quanto escravizados.

Portanto, meninas e mulheres eram educadas para desenvolver dentro da sociedade os papéis destinados ao seu gênero. Desse modo, foi incluído no índice geral da população informado no Recenseamento estudado, o número de meninos e meninas, que idade tinham e se frequentavam ou não a escola, (gráfico 5) e assim como nos dados anteriores acerca da educação, observa-se uma maior quantidade de meninos na escola em detrimento das meninas. Esse contingente era formado por crianças e adolescentes livres, com idades de 6 a 15 anos.

Gráfico 5: Instrução dos meninos e meninas livres de Cajazeiras-PB (1872)



Fonte: Recenseamento de 1872. Biblioteca do IBGE. Elaborado pela autora (2022)

Também, em diálogo entre o censo e a documentação estudada, destacamos que além dos casos de homens que assinam por mulheres, também há casos de mulheres que assinam por si só ou por outrem, como Dona Candida Erias de Oliveira que assinou por Maria José do Espírito Santo¹⁴ em um crime de ofensa física no ano de 1896, momento em que nos separa em 24 anos do Recenseamento de 1872 e indica em algum grau essas modificações que a sociedade vai passando, sobretudo a respeito das relações culturais, sociais e de gênero estabelecidas dentro da localidade analisada. De maneira que as questões de gênero serão retomadas no último capítulo.

Aliás, a população escravizada, que totalizava 283 pessoas, era analfabeta, e isso se explica através de como essas pessoas eram compreendidos dentro da sociedade em questão, pois mesmo que a Constituição de 1824 determinasse a educação primária gratuita para todos

¹⁴ Processo crime de ofensa física contra Maria José do Espírito Santo, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1894.

os cidadãos, os indivíduos que compunham o grupo estudado não eram considerados como tal. Desse modo, os estudos sobre o assunto, como os desenvolvidos por Surya Barros (2016) alertam que “no século XIX constata-se as dificuldades, empecilhos e restrições à presença negra na escola, baseadas nos costumes, na cultura, e também na legislação, mesmo quando a lei vedava a instrução aos escravos e não a qualquer outra categoria de origem negra.” (BARROS, 2016, p. 603).

Sobre isso, um fato que gostaríamos de citar em relação a Cajazeiras e que também une a escravidão e a educação, foi discutido pelo professor José Octávio (1983), ao comentar sobre a descrição feita por Irineu Jofilly, o qual observou a dinâmica do Colégio do Padre Rolim em 1853. O autor, informou que pela manhã os alunos bebiam o leite, desarmavam as redes e puxavam os bancos ao centro da sala, já as mulheres negras retiravam os penicos do ambiente para que as aulas tivessem início. Entretanto, ainda que o caso tenha ocorrido em um período anterior ao nosso recorte temporal, a informação nos permite refletir sobre a dinâmica social e cultural da cidade.

Ao passo que a educação era negligenciada à população negra, como se pode notar a partir dos dados do Recenseamento de 1872, a sua mão de obra foi amplamente utilizada nos mais variados âmbitos da sociedade, e até mesmo para a educação, sendo esta uma área que tem o clérigo não apenas como fundador, mas como o único protagonista do processo. No entanto, o que se nota é que também existiu participação daqueles que estavam nos estratos mais baixos da sociedade, porém não como beneficiários, e sim como trabalhadores que faziam esse eixo educacional funcionar.

Outrossim, uma outra categoria de análise, a qual se evidencia tanto nos dados do censo, quanto nas fontes manuscritas, é a religião dos habitantes de Cajazeiras. O Recenseamento aponta que toda a população se identifica como católica, tanto as pessoas livres quanto as escravizadas eram católicas, mas essa não era uma realidade única de Cajazeiras, e sim da Província da Parahyba do Norte por completo. Da população livre da província, que totaliza 354.700 pessoas, apenas duas se consideram “acathólicas”, e da população escravizada, com o número de 21.526 pessoas, todos foram inseridas no grupo dos católicos, o que demonstra a influência que a Igreja Católica possui na constituição dos espaços e nos ideais adquiridos pelas pessoas que os compõem.

Nessa perspectiva, é possível associar essas características à sociedade estudada, na medida em que são descritos nos inventários bens como “uma imagem da senhora da Conceição com uma coroa de prata” e uma “da Senhora Sant’Anna com resplendor de prata”,

além de itens como “um trancelim de ouro, com uma cruz também de ouro”.¹⁵ Os quais em grande medida representam o significado que a devoção ao Catolicismo, atrelado a Jesus Cristo e aos Santos, possui dentro dessas famílias sertanejas, de modo que esses objetos são uma representação imagética do divino, e liga os indivíduos a esse âmbito da vida.

Nesse ínterim, mediante os dados da pesquisa e da documentação analisada, fica evidente que o corpo social do qual estamos falando é composto majoritariamente por pessoas livres, brancas, católicas, que possuíam um grau de instrução muito baixo, com aproximadamente 90% da população analfabeta, naturais da Província da Parahyba do Norte e em excelência, lavradores. Mas ainda que existam proeminência de algumas características, elas não compõem toda a caracterização da cidade, tendo em vista que a existência dos demais aspectos, mesmo em uma menor quantidade, faz deste um lugar heterogêneo. Assim, pretendemos a partir desse ponto discutir sobre a composição das características sociais e culturais dos grupos analisados, em uma proposta de identificar, mesmo que de um modo coletivo, os sujeitos que constituíam o local pesquisado.

A seguir, discutiremos como os indivíduos construíram o espaço urbano e rural, que fez parte da vila, e posteriormente cidade de Cajazeiras...

¹⁵ Inventário de Anna Maria Bizerra, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1876.

2. Capítulo 2 - A composição do mundo rural-urbano

*Tem dois palminhos de terra
De onde tiro o sustento
Pra tirar raça um bode
Um galo e um jumento
Não tem curral nem boiada
Pois muita gente ignora
Se eu botar mais um bicho
O rabo fica de fora
(Pinto do Acordeon)*

2.1 Do centro ao subúrbio: perspectivas urbanas e a indefinição de fronteiras

Na formação econômico-social da Paraíba na Primeira República quase não há diferença entre o rural e o urbano, de maneira que nesse período as cidades do Estado têm seu crescimento ligado às atividades complementares da zona rural, a partir da comercialização de produtos agrícolas (GURJÃO, 1994). O mundo urbano e rural em Cajazeiras também não era bem delimitado no período de análise, desde os seus primórdios as atividades envolvidas nesses dois âmbitos se confundem.

Quando a mesma localidade surge enquanto uma povoação, ela possuía características rurais, mas a partir do processo de urbanização, da criação de instituições que remetia a um desenvolvimento regional e a estruturação do local, como a Igreja, os estabelecimentos comerciais, a Casa de Coletoria, a Praça da Matriz, o Mercado Público, a Câmara e Cadeia, o Colégio, a feira e outras, passa a se ter a ideia de que ali estava a cidade, ali estava a sua zona urbana.

Dentro da pesquisa, esses conceitos foram utilizados para pensar os dois lugares. Portanto, compreendemos por urbano aqueles espaços localizados nas ruas dentro da cidade, ou seja, onde observamos os imóveis residenciais, empresariais e demais atividades desenvolvidas nesse ambiente, e por rural, compreendemos toda unidade que se distanciava deste centro e se encontrava localizada nos sítios. Inclusive, a própria documentação analisada possibilita essa interpretação, pois à medida em que os bens são descritos, são associados às atividades desenvolvidas nos espaços.

Para reconstituir o que se compreende enquanto zona urbana, verificou-se 131 imóveis, de modo que possuíam tanto características residenciais quanto comerciais, e a

nomeação das ruas estava associada muito àquilo que era desenvolvido nela, ou a alguma característica que descrevesse bem a região. A saber: Rua da Feira Velha, Rua do Mercado, Rua do Sangradouro, Rua do Comércio, Rua da Matriz, e Rua do Sol, são alguns exemplos de designações utilizadas para intitular os espaços que compunham a o que o professor Osmar Filho chama de “pequena urbe” (SILVA FILHO, 1999, p. 292), que em 1890 possuía cerca de 290 prédios, no espaço demonstrado o mapa abaixo.

Figura 2: Zona urbana de Cajazeiras (1890)



Fonte: Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras e Livro Ruas de Cajazeiras.

Elaborado pela autora (2022)

Esse mapa foi elaborado com base nas informações obtidas por meio do cruzamento de dados e fontes. Nele, não houve preocupação em referenciar as residências, apenas os nomes das ruas atuais, e os pinos em cores variadas são referentes apenas aos logradouros existentes no período. Nos inventários há referência aos nomes das ruas antigas, e através do Livro Ruas de Cajazeiras, de autoria de Deusdedit Leitão, que explica a cidade através dos seus logradouros atuais e como se chamavam anteriormente, foi possível realizar tal empreitada.

A dita obra foi escrita com base no arrolamento das casas da cidade, realizado em 1890, para o pagamento do Imposto predial de 1891, que se tratava de uma taxa paga pelos imóveis construídos na zona urbana. No entanto, não se obteve acesso ao documento, pois não

é sabido no meio acadêmico se o mesmo ainda existe e onde poderia estar. Por isso, o livro de Deusdedit Leitão foi utilizado como base para a observação da área existente durante o período estudado. As informações da obra foram organizadas com auxílio da plataforma *My Maps* do Google.

Nesse sentido, o trecho urbano que mais possui imóveis catalogados é a atual Rua Padre José Tomaz, ela envolvia tanto a chamada Rua do Comércio, quanto a Rua do Coração de Maria. Esta, abarcava uma área comercial de grande concentração de atividades, e talvez por esse motivo se destaque na documentação com maior predominância de prédios. Segundo Leitão (2005), esse era o trecho que envolvia o Mercado Público, o que interfere para que a artéria possuísse uma grande movimentação de pessoas e atividades, e conseqüentemente se tornasse uma área de significativo interesse daqueles que desejavam desenvolver atividades comerciais na cidade. O Almanak do Estado da Paraíba (1899) aponta ainda que existia uma casa de açougue edificada no mesmo sentido do Mercado Público, o que nos leva a crer que ambos os prédios estivessem localizados nessa rua.

Isso posto, o indicativo para as atividades comerciais no trecho pode ser observado a partir de um imóvel inventariado em um auto processual, o qual contava com “com duas portas de frente e uma de fundo, dois compartimentos com prateleiras para exposição e depósito de fazendas, balcão, vitrine e mais acessórios de casa de comércio”.¹⁶ Assim, as prateleiras, possivelmente serviam para a organização da mercadoria, as vitrines que deveriam expor os itens aos clientes, já o balcão e os acessórios reforçam essa característica comercial do imóvel.

Além desse exemplo, há outra descrição com características semelhantes ao imóvel citado, que é apresentada no mesmo processo. O bem contava com “com prateleiras, um caixão grande para depósito e mais acessórios de loja”, fazendo referência às atividades comerciais.¹⁷ Uma outra questão que pode ser analisada em relação a essa rua, é que nela localizava-se um estabelecimento comercial de Vital de Sousa Rolim, um conhecido comerciante da cidade. Mediante uma espécie de recibo anexado em um processo de inventário, podemos notar também os itens vendidos nesse lugar, conforme consta na imagem abaixo.

¹⁶ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884

¹⁷ Idem.

Figura 3: Inventário de Maria Isabel de Jesus (1902)¹⁸



Fonte: Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras Dr. Ferreira Júnior.

Os comércios de fazendas eram lojas de tecidos e aviamentos, e no caso do citado, também havia a comercialização de outros itens, como os calçados, chapéus, meias, lenços, colarinhos, punhos, gravatas, luvas, espartilhos e outros itens. Estes produtos estavam associados aos modos de vestir da população, que em grande medida dizia respeito ao que Georg Simmel chamou de “a necessidade de distinção, a tendência à diferenciação, à variação, ao destaque.” (SIMMEL, 2008, p. 165). Logo, as dívidas possuídas pelas famílias, como a demonstrada na imagem acima, por vezes estavam associadas às compras feitas ao estabelecimento, e a essa possibilidade de vestir-se à moda.

Além de comerciante, Vital de Sousa Rolim também realizava empréstimos à juros, e mesmo que as informações citadas nos inventários sejam poucas sobre essas relações de crédito, Rita de Cássia Almico (2011) destaca que elas “nos levam a constatação da existência de um dinâmico mercado de crédito que contava, principalmente, com a participação dos indivíduos da cidade e região, e podia envolver tanto dinheiro, quanto mercadorias e serviços.” (SILVA ALMICO, 2011, p. 474). Portanto, as dívidas poderiam ser fruto tanto dos empréstimos, quanto das compras de fazendas, e ao que se percebe, muitas pendências seriam

¹⁸Inventário de Maria Isabel de Jesus, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1902.

sanadas com a realização do processo do inventário e a destinação de alguns bens para o pagamento delas. Mas na maioria das vezes não é possível saber a origem das mesmas.

Todavia, a Rua Padre Tomaz também envolvia a Rua do Coração de Maria, que dava acesso ao cemitério de mesmo nome desta rua. Sobre ela, há uma menção que se destaca das demais, pois não é comum que as fontes estudadas tragam informações detalhadas sobre os velórios e sepultamentos. Nestes autos, há a indicação que houve um sepultamento no cemitério da Capela do Coração de Maria, e o morto foi envolto em hábito preto e encomendado solenemente pelo vigário¹⁹. Essa citação contida no processo, que faz referência aos ritos de passagem da vida para a morte, demonstra os signos religiosos presentes na sociedade estudada, que fundamentava a organização da cultura local e demonstra a preocupação do morto e de sua família com o fim do ciclo da vida. Nessa situação, a indumentária preta está representando a morte, e a recomendação do vigário é um cumprimento dos sacramentos da Igreja Católica no fim da vida.

Já a atual Avenida João Pessoa, conhecida na época como Rua do Sangradouro ou Rua Nova, é verificada a partir de edificações que lhe compunham, e também concentrava um significativo número de imóveis. Com base nos dados do Imposto Predial de 1890, Deusdedit Leitão (2005) informa que o trecho contava nesse ano com cerca de quarenta e nove casas, o que fazia dele a área de maior concentração de imóveis. Talvez por isso, os únicos sobrados verificados na documentação estejam localizados justamente na Rua Nova, aos quais estavam em construção em 1894.

A atual Rua Joaquim de Sousa, que era conhecida também como Rua da Feira, por abrigar a realização da feira semanal da cidade, passou a ser conhecida como Rua da Feira Velha a partir do momento em que esta atividade foi transferida para o Mercado Público, no fim do século XIX. A partir dos imóveis inventariados, nota-se que nela não há indicativo de atividades comerciais, e as suas menções estão associadas a edificações que denotam um uso residencial, como por exemplo: uma casa, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas²⁰. Segundo Deusdedit Leitão (2005) o logradouro em 1890 contava com 28 casas, não sendo citados imóveis comerciais.

A atual Rua Epifânio Sobreira, também conhecida no período como Rua do Sol, contava com 19 casas em 1890, e quase todas elas estavam localizadas no trecho comercial, (LEITÃO, 2005). Mas na documentação analisada não há nenhuma menção a objetos

¹⁹Petição por justificação de herança iniciado por Pedro Paes de Lavôr Barrêto, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1894.

²⁰Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

presentes nessas casas que nos remete a essas atividades. No entanto, como a localização analisada estava intimamente ligada às práticas comerciais de Cajazeiras é possível que os imóveis descritos também fossem usados para tal finalidade, como é o caso de uma casa, que por ter duas frentes em formato de “L” e cinco portas nelas, poderia ser uma localização oportuna para uma atividade comercial.²¹

Além disso, a Rua Padre Rolim, que no período estudado era conhecida como Rua da Aurora, é mencionada também na documentação como Rua da Cadeia, possivelmente pelo fato de que esse logradouro contava com a Casa de Câmara e Cadeia, que era chamada dessa forma por abrigar ambas as coisas. Segundo o Almanak do Estado da Paraíba (1889, p. 372), a Casa de Câmara e Cadeia de Cajazeiras era um belo e vasto edifício, onde podiam ao mesmo tempo funcionar o júri e o conselho municipal. Nos autos há uma menção a essa instituição, à medida em que foi inventariado um bem descrito como “os álicerces do terreno junto a caza da camara”.²² Esse logradouro, contou também com duas escolas, uma para o sexo masculino, sob a orientação do professor Crispim Coelho, e outra para o sexo feminino, sob a orientação da professora Vitória Bezerra.²³

Já a área que engloba a Praça Nossa Senhora de Fátima, a qual se localiza na atual Rua Higino Rolim, era delimitada pela Rua do Cruzeiro, no entanto a localidade foi descrita nos inventários como Rua da Matriz ou Pátio da Matriz. Esta área ganhou destaque ainda no século XIX, e segundo Deusdedit Leitão (2005) envolvia as famílias de maior representação local. Assim, é importante lembrar que por estar nos arredores da igreja, o lugar funcionava enquanto um espaço de sociabilidade, é em torno da praça que existem os encontros pós celebrações, bem como as festas e demais encontros. Este é, portanto, um lugar que se constitui a partir de vários movimentos, sejam eles culturais, sociais e políticos, marcados pelos vínculos criados nele.

A atual Coronel Guimarães, que era chamada de Rua da Boa Vista, possui na documentação características majoritariamente residenciais, mas entre elas um imóvel se destaca, sendo descrito como:

uma casa de tijollo, tendo também frente para a Rua do Coração de Maria, com duas portas e quatro janellas para a primeira rua e duas portas e quatro janellas para a segunda, trez sallas, cinco quartos, sotão com duas janellas e varanda, cozinha, muro, parte em preto e parte em branco, tendo mais em sua

²¹ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884

²² Inventário de Josefa Candida Beserra, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1876.

²³ É sabido que esta em 22 de abril de 1898 presta juramento para ocupar o cargo de professora do ensino primário para o sexo feminino. Livro de Termos de Juramento, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1898.

compreensão um quarto apropriado á loja, com frente para a rua do coração de Maria [sic].²⁴

Então, conforme pode-se notar através do texto integral do documento, essa edificação se destaca das demais em virtude de ser própria tanto para um estabelecimento comercial, quanto residencial. Isso reforça a possibilidade de que as casas descritas pudessem ser utilizadas para ambas atividades.

E por fim, há a atual Rua Padre Manoel Mariano, que também se localizava na área comercial da cidade e nas proximidades do Mercado, era nomeada anteriormente de Rua Bela e de Rua do Coração de Jesus (LEITÃO, 2005), como consta nos processos verificados. Em geral, aqueles imóveis que estavam presentes nestas ruas aparentemente possuíam características residenciais, como se nota na descrição de “uma casa de tijolo, toda em preto, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas”²⁵. Assim como esse último imóvel, diversos outros são descritos sendo em preto ou em branco, de modo que essa característica está associada à existência ou não do acabamento da edificação. (SANTANA, 2022; FIGUEIREDO, 2022).

Não obstante, como pode-se perceber, a produção desse espaço urbano, que se encontra manifesto até mesmo através do nome das ruas, está associada a uma manutenção do destaque e protagonismo masculino. Esse lugar carrega nomes de homens da vida pública, sejam eles políticos, burocratas, escrivães, militares, comerciantes ou padres, de maneira que os mesmos, ao serem homenageados no espaço, são inseridos na memória coletiva como homens que influenciaram no progresso e desenvolvimento local.

Segundo Julia Garcia da Silva (2020), tal fato reforça o ideal de que as cidades, por serem produtos históricos da construção humana, refletem a estrutura da sociedade, por isso, é perceptível também no ambiente urbano, o impacto desses paradoxos associados ao gênero. Conseqüentemente, esse espaço deve ser enxergado enquanto um lugar político, produzido por signos discursivos e materiais, onde a memória mantida oficialmente está associada, sobretudo, aos interesses daqueles que detinham o poder regional.

Todavia, outra questão que chama atenção em relação a essa cidade, é que muitos dos imóveis são descritos como edificadas nas terras da Igreja Matriz. Dos 130 imóveis localizados, 77 possuem edificação situada em terras do Patrimônio da Padroeira. Isso está relacionado ao fato que na Colônia era comum que cada nova Vila tivesse uma jurisdição de

²⁴ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

²⁵ Idem.

uma légua em quadra²⁶, logo, todas as terras concedidas dentro desse espaço eram da Câmara, a qual poderia cobrar foro. No caso de Cajazeiras, a Igreja deveria ser uma grande proprietária, e parte da cidade deve ter crescido com base em sua propriedade por meio do pagamento do foro. Isso se dá sobretudo em virtude da participação da Igreja Católica na ocupação dos espaços sertanejos, que aliada às outras instituições, esteve inserida na administração local. (MELLO, 1983, p.40)

Além disso, por meio do Alamank do Estado da Paraíba (1899) sabe-se que em 1899 essa cidade era iluminada, – a fonte não nos diz de que modo, mas provavelmente não era por energia elétrica – contava em estabelecimentos de fazendas (tecido), secos e molhados (mercearia), *pharmacia*, loja de barbeiro, alfaiataria, diversas tendas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, carpinteiro, funileiro, pedreiros e louceiros de barro vermelho, além dos fornos – onde era preparada a cal branca para o consumo da cidade e dos municípios vizinhos – templos, cemitérios, casa de caridade e escolas. Portanto, nota-se que o comércio desenvolvido contava com um nicho bem consolidado, o que de certa maneira garantia tanto o acesso aos produtos, quanto a formulação de relações com as outras províncias, e o desenvolvimento econômico do local.

Deste modo, partindo do pressuposto que essas atividades e instituições, influenciam no crescimento do espaço urbano, e conseqüentemente na modificação desse corpo material, foi sendo gerado o que se compreende-se por urbanização. Sendo que este processo não significava apenas mero “aumento” das cidades, mas um movimento, que envolve característica de ordens econômicas, sociais, culturais e políticas. Ao qual com início da República, passou a ser não mais o adensamento populacional nas áreas urbanas, mas sim a modernização. (SILVA, 2004)

Logo, a urbanização segundo Ligia Maria Silva, durante o recorte estudado:

passa a ser um processo mais complexo, trazendo para as cidades a necessidade da implantação de infra-estrutura urbana (serviços de iluminação pública, água, saneamento, vias e transporte coletivo), sistema educacional (de base acadêmica européia) e os meios de informação por onde as influências inovadoras penetram, como teatros, museus, bibliotecas, jornais, agremiações, partidos políticos e outros, diversificando a vida urbana, antes centrada nas atividades religiosas. (SILVA, 2004, p. 35)

Por conseguinte, este progresso está envolto em questões associadas às reformas espaciais e urbanísticas propagadas nesse período. O mesmo processo envolve também

²⁶ Aproximadamente de 6,6 km de comprimento por 6,6 km de largura. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

atributos econômicos, sociais, e sobretudo culturais, visto que não é apenas o local que se transforma, os hábitos, práticas e mentalidades também sofrem alterações. Dessa forma, a urbanização pode ser descrita segundo uma metamorfose, que acontece para além do plano material, que fazia parte da vida cotidiana da cidade de que se fala, e era vivida intensamente por aqueles que a constituíam.

Entretanto, em meio a esses processos de modificação urbana e modernização, podemos notar o aparecimento de um outro espaço, o subúrbio. O conceito, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1832) significava arrabalde da cidade, ou seja, nas adjacências, ou vizinho a cidade. O mesmo lugar pode ser percebido em uma solicitação para a realização de um inventário, onde o juiz manda convocar uma residente no Sítio Capoeiras, e este é destacado como quase subúrbio desta cidade.²⁷ Nos estudos em relação ao urbano, como o desenvolvido por Leonardo dos Santos (2011, p. 2), nota-se que “as imagens e noções que se referem ao subúrbio como um espaço de mistura, de indefinição de fronteiras entre os usos rurais e urbanos são verdadeiramente persistentes”. Nos autos analisados pode-se verificar que o subúrbio é apontado desta mesma forma.

Em um processo crime, em que uma mulher é morta pelo seu companheiro, a descrição que o inicia informa que a vítima foi assassinada na cidade. Uma das testemunhas diz que “o assassinato fora praticado no suburbio desta cidade”, já o juiz afirma que o acusado “ao pé desta cidade assassinou sua companheira”²⁸. Assim, em um único caso, várias são as descrições de um mesmo ambiente, e isso se dá em virtude das diversas visões que os indivíduos tinham do local do crime. Desse modo, não se pode afirmar exatamente onde foi praticado o crime, mas podemos refletir sobre como os diversos grupos percebiam essa cidade e as zonas que lhe cercavam.

No mesmo auto, outro indivíduo chamado para depor diz ter ouvido dizer que “próximo a esta cidade umas trezentas braças mais ou menos, na entrada que segue desta cidade para o norte” a vítima tinha sido assassinada. Portanto, o que sugerimos é que esse local citado, tido como “subúrbio”, em seus sentidos geográficos, distanciava-se do centro a menos de 700 metros, do foco da vida urbana, ou seja, não estava totalmente desconectado dela. Tratava-se de um lugar indefinido, entre a zona rural e urbana, mas que possuía conexões ativas e com a cidade.

²⁷Inventário de Alexandre Ferreira Lima, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901

²⁸Sumário de Culpa por crime efetuado contra Francisca de Tal, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901.

Leonardo dos Santos (2011) que analisa o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro também no século XIX, considera que este ainda não era compreendido como um local de moradia popular no período, mas no caso da nossa documentação as menções a esse lugar, também o associam a crimes. Além do que já foi citado, um outro processo foi iniciado quando um “soldado do corpo de segurança compareceu na casa do subdelegado informando que tinha efetuado nos subúrbios desta dita cidade a prisão de Antonio Pedro da Silva que roubou no estabelecimento comercial do cidadão José Calheiro”.²⁹

Segundo o processo, um homem que permaneceu dentro do Mercado Público de Cajazeiras após o encerramento das atividades, onde pernitoitou, acabou por subtrair “uma lata contendo trinta e tantos mil réis” de um dos estabelecimentos do mercado. Portanto, além das compreensões dentro da História Urbana que percebem o subúrbio como um lugar de fronteiras indefinidas, também havia questões sociais que perpassavam pela sua constituição. Mas assim como nos inventários, em que existe a valorização do olhar dos avaliadores para a descrição dos bens, o que está sendo valorizado nos processos crimes é o olhar do Estado e daqueles que realizam o procedimento jurídico.

Desse modo, as questões sociais que atravessam a construção da imagem do subúrbio podem ser analisadas na documentação verificada. Consta em outro processo crime uma menção a João José, que era dono da casa de jogo localizada no subúrbio desta cidade.³⁰ Então, o subúrbio é um espaço cuja imagem vai sendo construída em Cajazeiras na transição do século XIX para o XX, como aquele que envolve atividades e pessoas que são em alguma medida rejeitadas pelos que dominam as instituições da cidade e a ordem. Então, o que prevalece na documentação é o olhar que tem o subúrbio como o lugar dos crimes e da baderna.

Por isso, vale ressaltar que enquanto um documento como o Almanak do Estado da Parahyba (1899), que funcionava como um informativo para a população das questões administrativas e burocráticas, descreve o espaço urbano da cidade estudada de uma forma bastante organizada, com ruas largas, com casas de boa aparência e construção, um lugar guiado pelo progresso econômico e comercial, os processos crimes nos mostram uma outra expressão dessas vivências na cidade. Sendo que estas questões estão para além da narrativa romântica sobre a urbe.

²⁹ Sumário de culpa por crime efetivado contra José Calheiro, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1903.

³⁰ Sumário de culpa por briga ocorrida entre Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1896.

Por conseguinte, a cidade é constituída por questões que se fundamentam com o espaço urbano, e estão além de suas características físicas. Logo, a produção da cidade, é feita por todos os indivíduos, nos levando a crer, como aponta Sandra Pesavento, que:

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam. (PESAVENTO, 2007, p. 16)

Dessa maneira, o espaço atual da cidade de Cajazeiras, possui nele a presença de diversas cidades, as suas ruas e seu traçado urbano conta as trajetórias de diversas metamorfoses vivenciadas por aqueles que a habitaram. É neste ambiente que se encontram refletidos inúmeros outros tempos, cidades que foram produzidas, organizadas, transformadas e vividas pelos seus cidadãos, que nela socializaram, trabalharam, compraram em seus estabelecimentos comerciais, foram à missa, viveram e morreram. Portanto, a cidade só pode ser compreendida em virtude da ação humana efetivada nela.

2.2 A constituição do meio rural e suas potencialidades

Para além da zona urbana e seus arredores, existiam também as propriedades rurais, as quais estavam inseridas nos limites político-administrativos de Cajazeiras. As partes de terra, casas de taipa, criações, cercados, roças, açudes, casas de farinha e engenhos se destacam entre os bens avaliados, e indicam além da produção desenvolvida no local, a concentração da população estudada nessa zona rural. Em geral, estas partes de terra, como eram descritas, possuíam de duas braças³¹ à uma légua³², e para Ayrle Figueiredo (2022) a posse de propriedades rurais, aliadas ao gado, se caracterizavam como símbolo de riqueza em Cajazeiras.

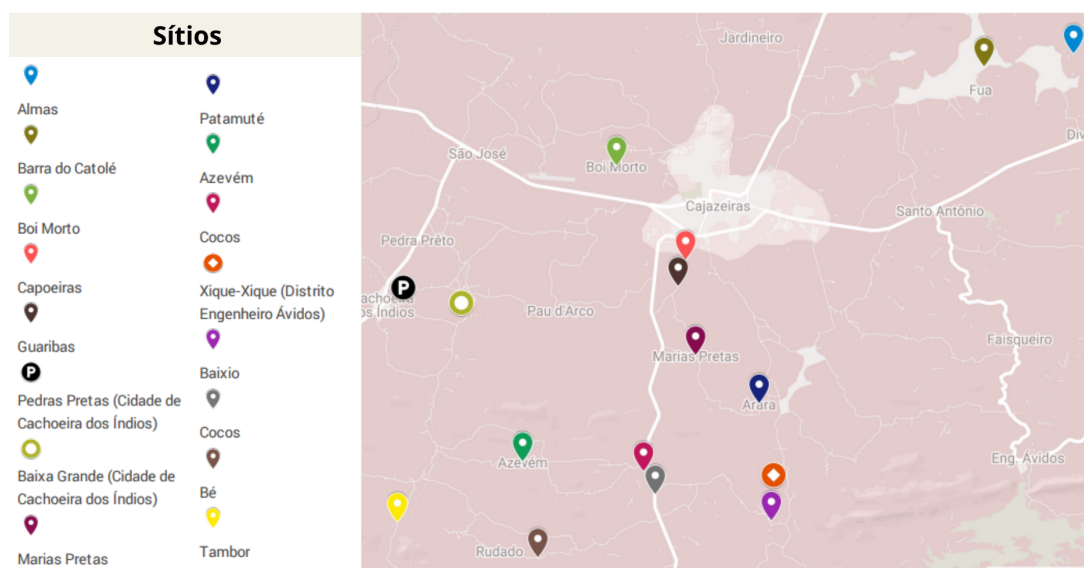
A partir do exercício de localizar geograficamente essas propriedades rurais inventariadas, foi criado um mapa, e isso se tornou possível a partir do fato que muitos sítios

³¹ Uma braça equivale a 2,20 metros. PONTOS DE PARTIDA PARA A HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Nacional, v. 2, 1939. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/239/1/155%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023

³² Medida itinerária antiga de valor variável, equivalente a 5,565 metros. Idem., p. 477.

permanecem com os mesmos nomes, diferentemente da zona urbana (figura 4). A partir do que explica Deusdedit Leitão (2005), nota-se que houve uma preocupação por parte dos vereadores em nomear as ruas existentes, como uma forma de organizar e oficializar aqueles espaços, e muitos logradouros que eram conhecidos popularmente a partir das instituições e atividades desenvolvidas, passaram a receber nomes dos “filhos ilustres” da terra, como uma maneira de homenageá-los.

Figura 4: Sítios localizados (1876-1903)



Fonte: Arquivo do Fórum de Cajazeiras e Livro Ruas de Cajazeiras. Elaborado pela autora (2022)

Conforme pode ser visualizado na figura acima, essas propriedades localizavam-se distantes da zona urbana, sendo que muitas delas situam-se atualmente fora da cidade de Cajazeiras. Como explicado anteriormente, muitas atividades burocráticas e comerciais eram realizadas em seu centro urbano, e esses dois ambientes tinham uma relação muito próxima, principalmente pela produção que era efetuada neles. Por isso, para que houvesse a circulação entre o meio rural e urbano, o transporte de pessoas era realizado através de animais como cavalos e burros, e o transporte das mercadorias era desempenhado de igual maneira, porém com o auxílio de instrumentos como a cangalha.³³

Na zona rural, existia a criação gado *cavalum*, (cavalos e burros), do *vacum* (bois) e do *cabrum* e *ovelhum* (caprinos e ovinos). Pois, nos sertões paraibanos, a prática da pecuária antecedeu a agricultura, sendo a primeira, uma etapa inicial de evolução econômica-social da

³³ Instrumento colocado nas costas de animais de carga para o transporte de mercadorias.

região. Por isso, a criação de animais que se destaca enquanto uma atividade de certa intensidade na região e no período analisado, foi uma realidade desde o período de colonização das localidades sertanejas. (MELLO, 1983). De modo que o *vacum*, *cabrum* e *ovellum* além de serem destinados ao consumo e a produção de alimentos derivados, também serviam para a produção de couro.

Através dos bens inventariados, podemos localizar a produção de couro da região. Nos autos, existem menções ao couro curtido, que era aquele que possuía características mais resistentes, por ter passado pelo processo de curtimento³⁴, e o “couro cru”, era o que ainda não havia sido curtido. Existia também o chamado “couro em cabelo”, que era referente ao que ainda possuía pelo do animal, e os meios de sola, destinados à remendos na parte inferior aos sapatos. Assim, nota-se que havia um aproveitamento daquilo que era produzido, e com base nos procedimentos empreendidos na pele do animal, poderiam ser gerados produtos diferentes.

Sobre o comércio desse produto, há em um processo crime do ano de 1901, a informação de “que se achava preso por ter na semana atrasada comprado ao um homem cuja pessoa lhe era desconhecido quatorze couros de criação sendo des de bode e quatro de ovelha”³⁵. Não sabemos a utilização que seria dada ao produto comprado, mas podemos notar através dos inventários, que o couro em seus mais variados estados era destinado para a produção de selas, chapéus, calçados, como também para cobrir móveis de madeira, à exemplo das caixas, barris, caçuás³⁶, baús, camas, cadeiras e bancos, como uma forma de garantir maior conservação e estética dos móveis. (MACÊDO, 2007),

Já a produção agrícola possui destaque na localidade estudada, o que em grande medida pode ser observado a partir do que já foi apresentado anteriormente no primeiro capítulo, ao se discutir as profissões e a cidade de uma forma geral. Contudo, falar sobre a economia de Cajazeiras nos leva também a analisar a produção agrícola da região, visto que supostamente possuía o solo apto para a plantação de cereais, em especial fumo e algodão (ALMANAK DO ESTADO DA PARAHYBA, 1899).

O fumo é citado a partir de um processo crime, onde o réu informa “ter se mudado para Cajazeiras, motivado por um negócio de fumo e depois mandou vir sua família, e ficou neste lugar”.³⁷ Assim, podemos notar a existência desse produto na cultura material e

³⁴Trata-se de um procedimento que objetivava transformar a pele animal em um produto durável, resistente e flexível.

³⁵Inquérito Policial por crime contra José Joaquim da Cunha, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901.

³⁶Cesto grande que era colocado nos animais para transporte de gêneros alimentícios.

³⁷Pedido de habeas corpus para Francisco Páo Ferro de Moraes, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1873.

econômica do local, mas não afirmar a escala da produção, nem notá-la de uma maneira frequente nas inventariações. Por isso, podemos observar apenas que a mesma existia no local em virtude dessa menção, e que motivou o réu a se mudar de outro local para Cajazeiras.

Quanto a produção algodoeira, Jakeline Oliveira (2020, p. 29) ao analisá-la no período de 1876 a 1889, afirma que não se sabia nem, poderia afirmar que o seu cultivo já existisse em larga escala na região, em virtude das poucas menções ao produto e das poucas máquinas referenciadas nos documentos. Sobre isso, sabemos que o algodão passa a ocupar um lugar de destaque na segunda metade do século XIX, mas especificamente a partir do ano de 1865 na Paraíba. Contudo, na cidade de Cajazeiras em 1889 existiam apenas: 9 máquinas de preparar o algodão — 2 a vapor e 7 movida a animal, segundo o Almanak do Estado da Parahyba (1889).

Além disso, a documentação consultada não nos indica uma intensa cultura algodoeira. Portanto, ainda que esse documento de 1899 aponte certo destaque para a produção agrícola com ênfase no algodão, ele mesmo diz existir apenas 9 máquinas de produção do produto. Com isso, percebemos também através da documentação que não houve uma produção intensa nesse período pelos grupos estudados, e que o principal cultivo era de mandioca e de cana de açúcar, logo, voltado para a produção de farinha, e dos derivados da cana de açúcar.

Além disso, o Almanak do Estado da Parayba (1899, p. 373) nos informa que “a industria local cifra-se no fabrico de rapadura, aguardente, tijollo e telha. Existem no municipio, inclusive o disctricto de Nazareth, 41 engenhos — 7 de ferro e 34 de madeira, 3 alambiques”. Logo, em comparação com o maquinário para o preparo do algodão, os engenhos, que estão associados à produção dos derivados da cana de açúcar, existiam em maior quantidade. Portanto, o que se nota é que enquanto a lavoura de algodão teve expansão no agreste e no brejo nessa segunda metade do século XIX na Paraíba, os grupos analisados destinavam os seus esforços para a produção de outros itens.

No mesmo período, a cultura algodoeira na Paraíba contribuiu para o surgimento de uma atividade rentável, e funcionou como um impulsionador de certa ascensão social. Pois com o incremento da produção, da modernização de técnicas da comercialização desse produto, houve uma divisão mais precisa entre campo e cidade, o que estimulou a evolução urbana. Todavia, esse processo é observado em Cajazeiras mais intensamente no século XX, nas décadas de vinte e trinta, onde o algodão se tornou a flor da cidade, impulsionando o desenvolvimento econômico conforme destacou o professor Osmar Filho (1999). Assim,

deve-se enfatizar que no período analisado nesta monografia, o algodão, embora já fosse cultivado, não constava como uma cultura em destaque.

Com isso, sugerimos uma hipótese: a de que a produção algodoeira era realizada na localidade, mas que o seu beneficiamento econômico se dava por um grupo minoritário entre o contingente estudado, e explicamos essa possibilidade através do diálogo entre a pesquisa citada anteriormente com a nossa documentação. Na tese desenvolvida pelo professor Osmar Filho (1999), a qual analisou a urbanização atrelada também à produção do algodão, existe menção há três figuras que gerenciaram o comércio de algodão: o Coronel Joaquim Peba, o Coronel Sabino Rolim e o Major Galdino Pires.

Já no nosso fundo documental existe o caso de Francisco Bezerra, que era comerciante e que possui um inventário distinto dos demais, em virtude da quantidade de bens. Esse indivíduo detinha em uma de suas propriedades “bolandeira, máquina de descaroçar algodão e mais pertencas”, e em outra “uma casa de bolandeira com máquina para descaroçar algodão e suas pertencas”.³⁸ O inventário mencionado é de 1884, e em 1889 existiam em Cajazeiras apenas nove máquinas para o preparo do algodão. Portanto, tendo em vista que os autos antecedem a publicação do Almanak do Estado da Parahyba, e nele uma pessoa possuía dois desses equipamentos, é provável que existisse uma concentração desse tipo de utensílio com um determinado grupo.

Por isso, ainda que o solo fosse preparado para o cultivo desse produto, é arriscado dizer que no período estudado houvesse um beneficiamento econômico das famílias na região, tendo em vista as poucas menções aos equipamentos necessários ao exercício desse ofício. Logo, sugerimos com base nas menções a essas figuras gerenciadoras do algodão e no inventário, que o beneficiamento desse produto uma em maior escala estava associado a um grupo restrito da população, o que não anula que o algodão fosse plantado pelos demais grupos.

Vale destacar que no período havia dois tipos de maquinário para produção do algodão. Segundo Macêdo (2007, p. 105), um estava mais voltado para uma produção manual, e para as produções de maior escala foi “desenvolvida a bolandeira à tração animal, na qual as almanjarras atadas a uma robusta correia de couro curtido, acionava a polia que fazia girar toras roliças de madeiras, ao modo da moenda”. De modo que o uso deste último, pode ser visto na documentação, mas só faz sentido se levamos em conta uma produção para além do seio familiar.

³⁸ Inventário de Francisco Bezerra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

Entretanto, a única produção do algodão é mencionada em um processo de 1902³⁹, onde são descritas 33 cargas de algodão em pluma e 300 arrobas de algodão em caroço. Nestes autos, também há menções a outros tipos de produtos, como 60 cargas de rapadura, 150 cargas de milho em espigas, 110 quartas de arroz, e 6 quartas de feijão.⁴⁰ Pela variedade de produtos agrícolas e pelo volume desses, pode-se sugerir a comercialização não apenas do algodão, mas dos demais itens. Essa família ainda possuía: gado, partes de terras, canaviais, e um engenho, mas não podemos afirmar se toda a produção foi feita na localidade, em virtude das simples descrições do cabedal.

Todavia, onde existia a atividade pecuária, também havia a possibilidade do cultivo do algodão com outras produções, de modo que o gado não traria complicações ao algodão, e vice e versa. Em primeiro lugar, em virtude de que sobrava pastos após a dizimação do plantel pelas secas, e segundo porque, após a realização da colheita, o que sobrava da lavoura servia de alimentação para o gado (MACÊDO, 2007). Entretanto, segundo Muirakytan Macêdo (2007), haviam restrições quanto aos gêneros alimentícios, tendo em vista que a produção algodoeira:

Em nada alterava a rotina do plantio, uma vez que era consorciado às demais culturas de subsistência, plantado no espaço (que o sertanejo chamava de rua) entre uma e outra fileira, uma de partidos de milho e feijão, normalmente distantes uma braça entre si. Exceção feita à mandioca que, se plantada nesse sistema, poderia amofinar o algodoeiro. (MACÊDO, 2007, p.106)

Conseqüentemente, a mandioca e o algodão não poderiam ser produzidos em conjunto, sendo na documentação, a produção da farinha, uma característica percebida de modo intenso na região. Possivelmente isso explica as poucas menções à flor da cidade, pois sob a forma de “casas de farinha”, “aviamento para fabricação de farinha”, “tachos de cobre”, “prensa”, “engenho de farinha”, “fornalha de vapor”, o beneficiamento da mandioca é notado na região através dos inventários e da cultura material do local.

Assim, nos baseando naquilo que foi analisado por Muirakytan Macêdo (2007) sobre a fabricação da farinha no Seridó do Rio Grande do Norte, e também na utilização dos inventários *post mortem*, buscamos uma aproximação dos itens encontrados por ele. Diferentemente da sua pesquisa, na qual existiu a possibilidade de observação dos itens semelhantes aos das imagens abaixo no Museu do Seridó, isso não é exequível nesta, devido à

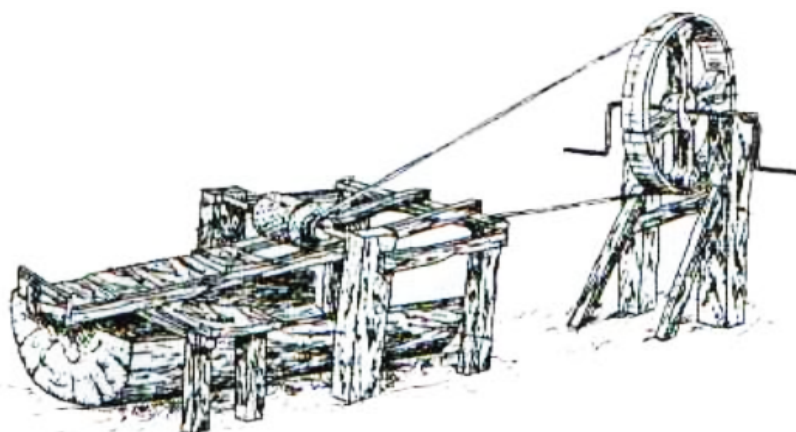
³⁹ Inventário e testamento de Leonel Alves d'Oliveira, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1902.

⁴⁰ Cada quarta equivale a um saco de 60 kg.

inexistência e preservação de tais materiais para Cajazeiras, portanto, discutiremos a produção de farinha a partir das similitudes notadas.⁴¹

Desta forma, partindo das descrições muito amplas e não das especificações dos instrumentos contidos nessas casas de farinha ou engenhos de farinha, utilizamos a menção a um “aviamento com todos os seus os três ciclos para a fábrica de farinha, faltando somente a roda”⁴² para iniciar a apresentação dos itens necessários à essa produção. Da menção à ausência da roda, percebemos que esta pode ser notada na primeira imagem (figura 5) a qual faz alusão à uma máquina utilizada para ralar a mandioca quando esta já estava descascada. O instrumento funcionava a partir da força de duas pessoas, que ao girar a roda faziam a engrenagem funcionar. Da esquerda para a direita da imagem temos: o cilindro com as lâminas (rodete), unido ao cevador para triturar a mandioca, e ligado à roda por meio de uma faixa de couro (MACÊDO, 2007).

Figura 5: Rodete, cevador e roda



Fonte: Alvar e Alvar (1979). Disponível no site Nosso Pixirum.

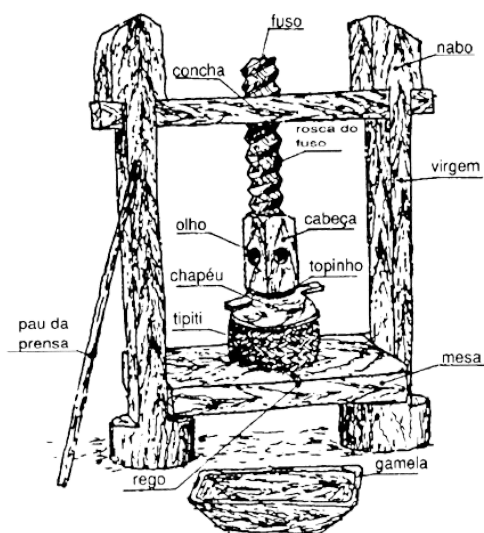
A segunda imagem (figura 6) trata-se de um equipamento movimentado a partir de varas de madeiras (pau da prensa), as quais eram inseridas nos orifícios (olhos), e o fuso ao ser rodado, pressionava a mandioca que era colocada em uma bolsa de fibra, após passar pelo processo de trituração. O tubérculo, que era espremido pela prensa, acabava por perder o líquido venenoso e estava pronto para a próxima etapa da produção. O forno era alimentado pela fornalha e em sua parte superior era colocado um tacho de cobre, onde se secava o

⁴¹ As imagens 2 e 3 foram utilizadas pelo autor, mas para se obter melhor resolução das mesmas, optou-se pelo uso das originais. Não foi possível localizar a imagem 1 original, e por isso foi utilizada a publicada pelo autor.

⁴² Inventário de José Pereira Dias, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1899.

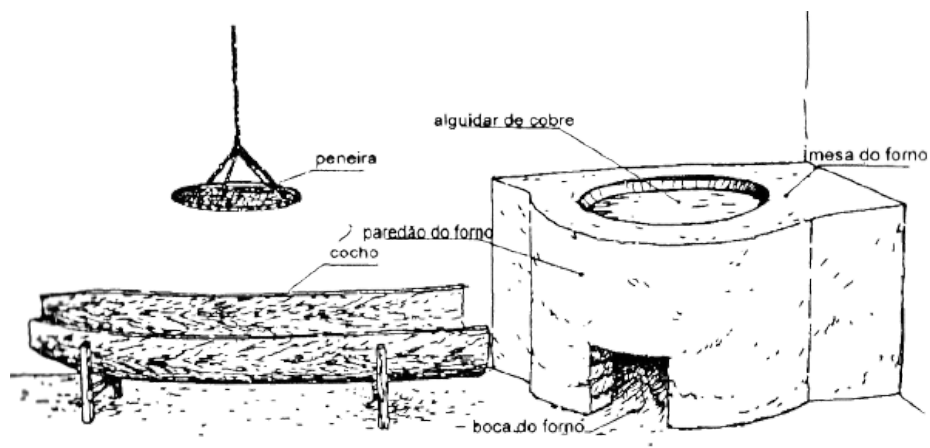
produto, que resultava na farinha de mandioca. Já o cocho ou gamela (figura 6 e 7) servia para colocar a mandioca desidratada ou já torrada.

Figura 6: Prensa, pau de prensa e gemela



Fonte: Alvar e Alvar (1979). Disponível no site Nosso Pixirum.

Figura 7: Forno, peneira e cocho



Fonte: Alvar e Alvar (1979). Disponível no site Nosso Pixirum.

Como se pode perceber, a produção da farinha de mandioca demandava esforços e um maquinário que contribuía com tal empreitada, mas o mesmo não ocorria com a plantação da matéria prima, sendo que este tubérculo não exigia muitos cuidados e era de fácil trato. Porém, destacamos que a descrição deste processo e as imagens utilizadas nos servem como uma forma de observar como possivelmente este alimento era produzido, tendo em vista a

pobreza dos detalhes nos inventários, e a utilização do que foi pesquisado sobre o Rio Grande do Norte, estamos tratando de uma manufatura que se aproxima tanto geograficamente quanto culturalmente.

Segundo José Octávio Mello (2002) a presença da farinha na dieta dos paraibanos data o século XVII, quando as culturas do litoral, luso-brasileira, e do sertão, indígena, se encontraram na serra da Borborema, e a farinha de Campina Grande com a rapadura de Areia tornaram-se base para a alimentação. Assim, até os dias atuais a mandioca e seus derivados fazem parte da cultura alimentar na Paraíba, pois, segundo o autor indicado anteriormente:

Com a mandioca, a princípio elaborada rudimentarmente e hoje em casas de farinha eletrificadas, preparam-se bolos e a vital farinha, responsável por beijus, mingaus, e tapiocas, estas servidas quentes, molhadas, na manteiga ou no coco. Consumidas com rapadura pelas camadas mais baixa da população, a farinha de mandioca é muitas vezes conduzida à boca em punhados, com incrível velocidade. (ARRUDA MELO, 2002, p.89 e 90)

Portanto, além de compreender os usos desse produto conhecido como o pão brasileiro, também notamos que entre o grupo de inventários estudados, a produção de farinha possui um destaque significativo, o que nos leva a crer que a produção rural estava associada às demandas não apenas de Cajazeiras. Esta não cifra-se como a única produção agrícola local, mas sugerimos que a farinha de mandioca representava um lugar central na economia e no comércio de Cajazeiras, logo, é notório que esta prática é um traço do seu ambiente rural.

Além dessa, existia também o beneficiamento da cana de açúcar, na qual se dava também por meio dos engenhos (figura 8). Não há menções a engenhos específicos para essa produção, o que nos leva a crer que ela acontecia de uma forma conjunta com a mandioca e com o algodão. Sugerimos essa possibilidade com base na inventariação de uma parte de terra que continha duas “casas, uma de vivenda e outra de trabalho de farinha, parte de terra e algumas benfeitorias como três pés de cocos da praia, umas bananeiras e mais um pequeno canavial”. Já em outra propriedade, que além da casa de morada, tinha uma outra “coberta de telha com uma latada, tendo uma máquina de descaroçar algodão, uma bolandeira de madeira, uma prença” e ainda “metade do canavial no mesmo lugar.”⁴³

⁴³ Inventário de Anna Maria Bizerra, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1876.

Figura 8: Engenho de madeira



Fonte: Site Destino Paraíba. Museu da Rapadura, Areia - Paraíba (2019)

Além dessas, há também menção à propriedade de Francisco Bezerra, a qual já foi discutida anteriormente. Este sítio, descrito por possuir em sua constituição o maquinário referente a produção de algodão, também contava com utensílios para a fabricação de farinha e alambique de cobre. Consequentemente, podemos notar que em uma mesma propriedade poderia existir a produção de mais de um item, mas ressaltamos que esse caso é uma exceção dos demais por contar com a manufatura de algodão, farinha e cachaça. Contudo, as descrições sobre esse beneficiamento são amplas, que por vezes informam apenas os bens como as “casas de engenho”, o que também dificultam a análise mais pormenorizada, mas os indícios nos direcionam à existência da produção de rapadura e cachaça pelos grupos estudados.

Já o último caso que gostaríamos de comentar e que se encontra presente em um inventário, possibilita a aproximação da produção de cana do sertão com a do brejo. No ano de 1897, há a descrição de uma parte de terra “com uma casa de taipa com uma porta de frente e duas janelas com um açude de terra, um cercado pequeno e uma casa de engenho coberta de telhas”.⁴⁴ Havia também um carro de madeira, (figura 9) que servia para o transporte de cana, através da força animal. Desse modo, nota-se que o funcionamento desse

⁴⁴ Inventário de Antonio Lins de Albuquerque, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1892.

engenho estava associado à várias peças, que envolviam tanto a força humana quanto a animal.

Figura 9: Carro de boi



Fonte: Site Destino Paraíba. Museu da Rapadura, Areia - Paraíba (2019)

Todavia, algo a ser refletido em relação a documentação é o fato de os inventários nos demonstrar características materiais de uma parcela específica da população de Cajazeiras, aqueles que tinham posses, mesmo que diminutas. Nessa mesma cidade, existiam ainda aqueles indivíduos que não eram possuidores das partes de terra, e que precisavam permanecer submetidos às condições de trabalho que estavam pautadas nas relações de dominação e dependência, mas que garantiam a sua subsistência. Logo, os grupos dominantes que exerciam seu prestígio político na urbe e nas instituições burocráticas do Estado, também exerciam sua dominação nos engenhos e fazendas (GURJÃO, 1994, p. 55).

Por fim, o que fica evidente mediante a discussão sobre a estruturação do mundo rural e urbano, é que ambos possuíam influência também das atividades que eram realizadas em cada uma de suas especialidades. Enquanto a urbe está direcionada ao comércio e as atividades burocráticas, a zona rural possui características agrícolas, com a criação de animais e a benfeitoria de alguns gêneros como a farinha, algodão e cana de açúcar. Assim, ainda que não houvesse uma delimitação tão rigorosa quanto aos dois mundos e de suas fronteiras, pode-se notar a partir dos inventários *post-mortem* e documentos complementares que as noções sobre rural e urbano começam a se constituir de modo mais claro no período.

3. Capítulo 3 - Os processos além dos crimes: um estudo de caso sobre gênero e cotidiano

*A história dos dominados vêm à tona
pela pena dos escrivães de polícia*
(João José Reis)

Sabendo que os documentos que servem de base para a pesquisa possibilitam a observação de diversas dimensões da vida, agora tentaremos compreender características sociais que perpassam o funcionamento dessa sociedade analisada, discutindo como os grupos de classes menos abastadas se relacionavam, e para isso, selecionamos alguns processos de crimes ocorridos em Cajazeiras para serem analisados. Os autos, tratam de questões que de algum modo ficam omissas nos inventários, pois estes últimos são realizados, em sua maioria, para a formalização da partilha entre a família da pessoa falecida, logo, diz respeito a indivíduos com algum patrimônio.

A escolha pelo arquivo judicial nesse capítulo parte do interesse e da busca por discutir a espacialidade para além de questões econômicas e materiais, pois ainda que as famílias presentes nos inventários não possuam riqueza abundante em todos os casos, existem características que não podem ser discutidas a partir dessas fontes, em virtude das limitações existentes. Por isso, buscaremos explicar determinados pontos associados ao cotidiano e as relações sociais dos indivíduos comuns, aos quais possuíam desejos, necessidades e ações que por muito ficaram fora das narrativas sobre a região.

Dessa maneira, ressaltamos que os arquivos policiais, documentos que mais nos interessam nesse momento, passaram a ser mais utilizados entre as décadas de 1960 e 1970, como um caminho para se pesquisar sobre grupos e indivíduos que eram pouco estudados até então, e com isso foram surgindo novas perspectivas historiográficas, que traziam à tona a história dos dominados por meio das penas dos escrivães. Portanto, nota-se que as fontes tradicionais escritas, como cartas legislativas, correspondências públicas, e até os inventários, até nos dizem sobre algumas características da organização e do cotidiano, mas estas além de terem como protagonistas grupos restritos, em sua maioria estão voltadas para a cultura material, econômica e política. Logo, pelo fato destas pouco falarem sobre os grupos subalternos, os registros judiciais revestem-se de relevância à pesquisa.

Todavia, devemos questionar até que ponto as fontes judiciais revelam sobre a voz dos grupos populares, pois o olhar que prevalece é o da ordem e das leis vigentes. Existem seleções, resumos e modificações nas falas dos depoentes e nas descrições dos crimes, fazendo com que aquilo que encontramos nos autos seja uma informação fragmentada de um acontecimento. Por isso, deve-se levar em consideração que as falas dos envolvidos nos processos não eram pensadas para servir de relato para o pesquisador, e sim para defender a sua visão sobre o fato perante as autoridades. Então, o conteúdo desses processos não serve como retratos literais do passado, e sim como meios para compreensão das normas sociais vivenciadas em uma localidade. Assim, ressaltamos em conformidade com Sidney Chalhoub (1986) que:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ – apesar de (...) isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. (CHALHOUB, 1986. p. 22-23)

Consequentemente, ainda que haja seleções na documentação, o objetivo dessa análise é conhecer o funcionamento do microcosmo social envolvido no procedimento burocrático, ao qual envolve não apenas a pessoa ofendida e a causadora do transtorno, mas algumas das quais que direta ou indiretamente estiveram ligadas ao caso. Dessa maneira, tendo em vista que o documento desempenhou ação em algum grau na vida dos grupos autuados, ele serve à pesquisa histórica, principalmente por ser um produto social e político.

Contudo, os autos dessa natureza possuem tipologias diferentes, que vão desde um Inquérito Policial, quando ainda está em sua fase de junção de provas para comprovar a denúncia, até um Processo Crime, quando há a comprovação da denúncia e o indivíduo acusado é levado à júri. Mas, nos dedicamos a discutir sobre os fatos que levaram o juízo a formular tais denúncias, independentemente da sua classificação, pois o nosso objetivo é analisar as relações que vão sendo desempenhadas nas espacialidades cajazeirenses.

Os processos selecionados, que podem ser observados sobretudo a partir das relações de gênero, foram produzidos a partir de episódios que ocorreram no fim do século XIX e início do XX, período de inúmeras transformações em seus sentidos sociais e políticos na história do Brasil, onde as normas jurídicas que regiam esses transtornos passaram a ser modificadas. Pois com a modernidade crescente, e as alterações nos centros urbanos, as autoridades

passaram a repensar os códigos vigentes, e modificaram aquilo que não se classificava como moderno.

Um exemplo disso é o Código Penal de 1890, que se tratava de um conjunto de orientações que marcaram a transição da Monarquia para a República. Este, impactou diretamente nas relações sociais e cotidianas, pois os juristas encontram no direito positivo um caminho para aperfeiçoar a nação através de seus atributos morais e físicos (CAULFIELD, 2000; GROSSO, 2016). Portanto, nota-se que o código foi produzido num cenário selado por uma série de modificações estruturais, as quais pretendiam o desenvolvimento do país, com base na racionalização e disciplina da sociedade, que resultariam na ordem e civilização. Logo, o código era empregado com o objetivo de atingir a redução das tensões sociais, o que possibilitou a criação de métodos de controle comportamental, principalmente de indivíduos mais pobres.

Conseqüentemente, as mulheres foram alvo desses projetos de rearticulação social que visavam o controle comportamental dos indivíduos. Mas, discutir sobre gênero em períodos mais remotos não é uma tarefa fácil, pois muitas podem ser as vertentes de observação, e a depender dos lugares sociais, as experiências individuais e coletivas podem ser diversas. Em virtude das normas e das regras sociais alguns comportamentos acabam sendo esperados das mulheres, e ao pensar sobre essa temática a questão da religiosidade mais uma vez vem à tona, pois a Igreja Católica é uma peça-chave nas organizações das cidades, não apenas em seu sentido físico, mas também comportamental.

O ideal que essa instituição tinha como alvo, era a legitimação de um modelo de família apoiado por ela, de modo que as suas regras, à medida que orientava os comportamentos dos indivíduos, também colocava em evidência os limites permitidos. O modelo de família a ser seguido era aquele que se originava da união matrimonial, onde a sexualidade feminina deveria ser contida para que não gerasse desonra às mulheres, e conseqüentemente aos seus lares. Disso, criou-se um estereótipo da identidade feminina a ser seguido, ao qual era utilizado tanto pela Igreja quanto pelo Estado, com objetivo de desempenhar o papel de controle moral na vida das mulheres.

Em vista disso, os lugares a serem ocupados por essas mulheres também eram indicados, e a partir da Historiografia que aborda o tema sobre o gênero feminino, é possível notar que as mulheres mais abastadas, aquelas que possuíam mais frequentemente acesso à educação, além de serem direcionadas às atividades destinadas ao seu gênero, ou seja, artesanato, costura, e demais serviços domésticos, eram também administradoras da família quando não estavam mais sob a tutela dos maridos, e em alguns casos ocupavam tarefas

públicas. As mulheres mais pobres também deveriam exercer as funções associadas ao seu gênero, mas acabavam por transitar pelo público e pelo privado mais livremente, pois, por vezes, possuíam mais acesso à vida pública a depender das ocupações exercidas, em virtude de trabalharem desde tempos remotos no Brasil, como domésticas, vendedoras, lavadeiras etc (SILVA, 2002).

Isso não se trata de uma regra, mas para as mulheres ricas e pobres, haviam determinados modelos morais e comportamentais, que nem sempre eram seguidos por ambos os estratos sociais, e desses desvios da ordem surgiam os processos crimes, como os selecionados, para repreender algumas ações das mulheres. Por isso, optamos por analisar as relações de gênero no cotidiano da sociedade estudada, pois tendo em vista que nas condutas aplicadas, as mulheres eram um grupo-alvo, é possível uma observação de como os procedimentos jurídicos impactavam na vida dos grupos mais pobres. Baseando-se nesse estudo, será discutida a vida de sujeitos que pouco haviam sido abordados pela Historiografia Local, conforme discutiremos a seguir...

3.1 Religiosidade e vizinhança

Como visto no primeiro capítulo, a religiosidade é uma marca da sociedade estudada, de modo que pode ser percebida enquanto característica que faz parte desde a cultura material, a organização da cidade, até as redes de sociabilidade. Alguns artefatos religiosos estavam presentes nas residências do século XIX que são estudadas com base nos inventários, dentre eles temos os oratórios, imagens santas e os livros de orações, aos quais fazem parte da devoção católica da porta para dentro dessas residências. Pois, o entorno dos oratórios torna-se um espaço de devoção particular da família, parentes e amigos, sendo dedicada à reflexão e oração assim como feito em capelas e igrejas.

O pequeno altar doméstico, o oratório e o santo de casa, trazem o sagrado para o ambiente privado, fazendo da experiência religiosa também um assunto doméstico, tendo em vista que a fé e a aproximação das imagens tornam presente a participação do santo que faz milagres (CASTRO, 2012). Todavia, ressaltamos que os oratórios e imagens de santos eram também objetos de distinção, tendo em vista que são descritos em menor quantidade e maior valor dentro da documentação estudada.

Os ícones de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, São José, São Sebastião, São Braz e Santo Antônio, não eram possuídos por todos, mas existiam formas alternativas de praticar a religiosidade associada ao catolicismo, que não necessariamente estava associada à propriedade desses itens materiais. O primeiro contato de sociabilização dos indivíduos era a família, e muito dos encontros familiares com vizinhos e amigos estavam ligados aos momentos dedicados às práticas religiosas, como por exemplo ir a missas e novenas, sendo essa última um momento espiritual comunitário, que se faziam a partir de um revezamento nas casas vizinhas em dias alternados.

Por isso, partindo da sociabilidade gerada pelos ritos religiosos, analisaremos um caso presente na documentação, onde uma mulher foi agredida quando voltava de uma novena. Maria Francisca da Conceição, no caminho para sua casa, depois de uma novena celebrada na casa de Manoel Joaquim, foi ferida por Aureliano de Tal.⁴⁵ Esse caso aconteceu na zona rural da cidade, mais especificamente no Sítio Baixio (ver figura 4, no capítulo 2), no mês de novembro de 1896. O fato foi comprovado através do corpo de delito, pois houve ferimento no antebraço na vítima, além de inflamações, aos quais foram produzidos através de um objeto cortante, segundo os peritos.

Apesar da questão religiosa, existe a agressão, e conforme pode ser notado através dos depoimentos, o fato acabou por se tornar do conhecimento de várias pessoas, pois inúmeros comentários foram sendo feitos em relação ao ocorrido. Agostinho de Sousa Rolim, com idade de 39 anos, residente no Sítio Cachoeirinha, uma das testemunhas do processo, disse que o próprio ofensor, Aureliano, lhe falou que iria bater na ofendida, antes do dia do crime. Depois, ouviu dizer de diversas pessoas que isso realmente havia acontecido, e após o transtorno, o denunciado ainda se vangloriou disso a uma terceira pessoa, conhecida como Luis de Tal. O depoente ainda informa que as ações do réu são indelicadas, pois o mesmo sempre quer ser valente.

Para mais, José Bezerra de Figueiredo, de 50 anos, residente no sítio Taboleiro, também testemunha do caso, disse à Juízo, que a ofendida havia lhe contado sobre o ocorrido. Quando ela voltava de uma novena ocorrida na casa de Manoel Joaquim, passou junto da casa de Aureliano, e teve uma desavença com este. Maria acabou sendo agredida, mas ao correr, se livrou do acusado. O depoente afirmou que após a conversa com Maria, o próprio réu lhe contou sobre o caso, dizendo-lhe que tinha batido na vítima com a bainha do facão, e a

⁴⁵ Sumário de culpa por agressão contra Maria Francisca da Conceição, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1898.

motivação para isso foi as difamações feitas pela ofendida, sobre sua mulher e sua irmã, através das histórias contadas ao público.

Em diálogo com os depoimentos é possível notar, que as testemunhas eram pessoas próximas ao réu e a ofendida, as quais não são envolvidas diretamente no processo, mas vivenciam o fato em comunidade. Portanto, esses crimes, que geram os processos interferiram também na vivência social, e nos servem para compreender a dinâmica desenvolvida no cotidiano dessa comunidade. Conseqüentemente, em um lugar cuja população é conhecida pelos integrantes da comunidade local, a partilha de uma experiência violenta é vivenciada de modo intenso por todos (ROCHA, 2011).

Nesse íterim, como discutiu Maria Sylvia Franco (1983) ao analisar as vivências das comunidades rurais brasileiras colocadas à margem das relações econômicas no século XIX, as relações de vizinhança estavam baseadas em princípios de cooperação, parentesco e uma noção de moralidade comum. Conseqüentemente, a subsistência, a diversão e o lazer eram partilhadas nessas comunidades através da cooperação, por isso, o que nos interessa não é a causa do transtorno, e sim as características relacionadas às sociabilidades que podem ser notadas no processo. Além disso, através das informações contidas nestes autos, podemos perceber também as relações desenvolvidas na vizinhança por meio da prática religiosa

Como no que foi percebido por Rubenilson Teixeira (2012) ao analisar a influência da Igreja Católica na constituição da cidade de Natal-RN, nota-se que a vida cotidiana desta cidade analisada também era marcada pelo seu caráter sagrado, como por exemplo com as novenas, fato evidenciado no processo citado. Entretanto, ainda que as análises desse autor tenham se voltado à zona urbana, percebemos que essa era uma característica também na zona rural. Não sabemos a intenção da novena, se era pela alma de um falecido ou em honra de algum santo padroeiro, mas constatamos que era uma ação de sociabilidade da comunidade, tendo em vista que a vítima participou do evento que havia sido realizado na casa de uma outra pessoa.

Entretanto, por consequência do ocorrido, o ofensor nos autos foi considerado culpado pelo tribunal do júri, a partir do Art. 303. do Código Penal de 1890, que julgava atos relacionados a “Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”, e determinava pena de três meses a um ano. A justiça ainda considerou existir alguns agravantes a partir do Art. 39, e dos parágrafos § 1º por “Ter o delinquente procurado a noite, ou o logar ermo, para mais facilmente perpetrar o crime”, § 2º por “Ter sido o crime commettido com premeditação, mediante entre a deliberação criminoso e a execução o espaço, pelo menos, de 24 horas” e § 5º por “Ter o

delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a ofensa”.

À vista disso, nota-se a partir da exposição do conteúdo do processo, que esses acontecimentos interferiam na vida comunitária dos indivíduos que a compunham, e que as leis funcionam como um modo de traçar limites às ações, considerando até que ponto tais comportamentos deveriam ser aceitos e punindo aqueles que os ultrapassaram. Portanto, o caso que tem Maria Francisca, como ofendida, e Aureliano, como ofensor, não interferiu apenas em suas vivências pessoais, mas na de toda a comunidade que os cercavam, chegando o caso a ser levado ao tribunal e colocando o ofensor no banco dos réus.

Contudo, esse não é um caso isolado, pois da mesma natureza existem inúmeros outros. No que foi descrito anteriormente, temos um homem que ofende uma mulher, em virtude dos supostos boatos que surgem em relação às mulheres da sua família. Já no segundo caso, temos duas mulheres que entraram em desavença, e também possuem o caso levado à juízo, mas a motivação para a ação nos parece bastante singular. Esse segundo processo ocorreu no Sítio Carrancudo, quando a ofendida Maria do Espírito Santo, foi para a casa de uma vizinha chamada Bella, e encontrou-se com a ofensora, Vicência Francisca de Jesus. Ao avistarem-se a ofensora, benzeu-se, o que acabou gerando um desentendimento entre as duas, e a acusada arremessou contra a vítima uma enxada que trazia consigo, produzindo-lhe um ferimento no rosto.⁴⁶

João Guinô d'Albuquerque, de 35 anos, agricultor, que foi um dos depoentes no processo, informa que as envolvidas já não se gostavam há algum tempo por causa de uma goiabeira. Esta árvore, foi dada “de meia”⁴⁷ por José Antônio de Albuquerque à ofensora, Vicência Francisca de Jesus, e Maria do Espírito Santo, a ofendida, sendo moradora do mesmo José Antônio, continuava a tirar goiabas na fruteira. A testemunha acrescentou ainda que Maria, depois da referida desavença, ia tomar água no rio passando por dentro das terras de Vicência, por ser o caminho mais curto, em vez de rodear a roça pelo caminho que existia por fora da propriedade, ao qual dava acesso ao rio. Até que no dia em que foi cometido o crime, ao Maria do Espírito Santo passar pela roça da denunciada, tiveram alterações, que sucedeu o fato denunciado.

Já a testemunha Rosalina Maria de Jesus, de 31 anos, informou ao juízo que no dia do crime, ela estava na casa de João Guinô, a testemunha anterior, quando apareceu a ofendida

⁴⁶ Sumário de Culpa por agressão contra Maria do Espírito Santo, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1903.

⁴⁷ Acreditamos que a expressão faz referência ao que o Dicionário da Língua Portuguesa (1832) nomeia de “demear”, que significava: ocupar a metade.

Maria do Espírito Santo. Ao conversarem, esta última lhe disse que naquele mesmo dia tinha encontrado com Vicência, que se benzeu ao avista-la, tendo então a vítima lhe censurado por aquele procedimento, “pois não era ela o maldito [demônio]”. Com base nessa descrição, Sandra Pesavento (2005), discute que as fontes contidas nos arquivos policiais permitem analisar também, as sensibilidades. Com isso, podemos notar os signos religiosos presentes na sociedade analisada.

Nesse sentido, nota-se que mesmo em meio a um histórico de desentendimentos, o estopim para as ações que geraram a agressão, foi uma das mulheres ser comparada ao demônio. Com isso, identificamos a existência das credices populares, nesse espaço aparentemente restrito ao universo da doutrina católica. Assim como no primeiro processo discutido, além das relações de desavenças observadas entre os membros da comunidade, também compreendemos os fundamentos religiosos que faziam parte do cotidiano dessas pessoas.

Uma outra questão a ser refletida com base nos depoimentos, é a hipótese de que a origem da querela remontava ao direito à propriedade, uma vez que teve início pelo fato da agredida colher indevidamente os frutos da goiabeira e acessar o rio por meio da propriedade da agressora, podendo ainda, José Antônio ser uma espécie de arrendatário das terras onde ambas as mulheres viviam. Pois, visto que Vicência havia recebido acesso à árvore da propriedade que era de José, e Maria, moradora também dessas terras, passava pela terra da ofensora para ir até o rio por ser o caminho mais próximo, aparentemente se tratava de uma única propriedade, em que elas poderiam ser vizinhas.

Outro detalhe sobre o ocorrido, é que a ofendida diz que estava indo para a casa de uma vizinha, e ligado isso ao fato de que todas as testemunhas informaram ter conhecimento direto ou indireto sobre o fato, também demonstra a vigilância da comunidade frente às relações estabelecidas entre os indivíduos que a compõe, pois todos aqueles chamados a depor responderam que alguém contou sobre o fato ou que já conheciam a desavença existente entre as mulheres. Logo, além da experiência coletiva da violência vivenciada, nota-se que nos arquivos policiais há também a presença do boato, daqueles que não estavam presentes no fato, mas contam sua versão, e disso vão surgindo inúmeras versões sobre o ocorrido, que são transmitidas oralmente até chegar aos agentes da justiça por meio do processo (PESAVENTO, 2005).

Então, observa-se que existem inúmeras aproximações entre os casos citados, e assim como no primeiro, a agressão foi comprovada e ficou passível de pena segundo o Art. 303 do Código Penal, que punia as ofensas físicas, fazendo com que a agressora também fosse

colocada no banco dos réus, por ter cometido esse delito. Todavia, salientamos que não cabe ao pesquisador considerar se as atitudes das personagens estão “certas” ou “erradas”, tendo em vista que se possui acesso limitado ao fato, apenas um registro jurídico produzido sobre o mesmo. Porém, pode-se traçar caminhos de análises a partir das informações fornecidas sobre o ocorrido, como por exemplo, as desavenças criadas entre a vizinhança, as atividades citadas e demais fatos que indicam características sobre a organização da vida e as conexões sociais criadas entre os mesmos, como também é possível refletir sobre as ações individuais e coletivas que acabam por fugir da ordem vigente.

Por fim, percebemos através das fontes que em diversas situações, e pelas mais variadas motivações existiam aqueles que acabavam por “perturbar a ordem”, e mesmo possuindo silêncios e lacunas, os procedimentos jurídicos também faziam parte das experiências remotas das gentes que habitavam a cidade, sendo que esses vestígios servem ao historiador no percurso de compreender como diferentes personagens se encontram, e que geram diversas experiências de sociabilidades. Logo, é através desses relatos de tempos pretéritos, que foi possível compreender como alguns “desordeiros” chegavam à justiça através dos transtornos ocorridos na vizinhança.

3.2 Gênero e sexualidade

Tendo discutido sobre algumas características da religiosidade e da vizinhança, buscaremos analisar a partir de agora um terceiro processo por crime, ao qual envolve um caso de defloração, e pode ser tomado como base para discussões acerca das redes sociais constituídas na cidade de Cajazeiras e relações de gênero. A possibilidade de análise em torno desse caso, se dá em virtude da reflexão sobre o controle comportamental que tanto a Igreja quanto o Estado desempenhavam sobre a vida dos indivíduos, e como já foi exposto anteriormente essas duas instituições são responsáveis pela organização social e pela punição dos desvios de moral.

Os crimes por defloração se dão pelas ações desviantes em seus sentidos sexuais, que poderiam teoricamente causar ameaça ao casamento, e conseqüentemente ao modelo de família instituído para aquele momento. Conforme explica Rosemere Santana (2011), ao analisar a regularização das práticas amorosas na Paraíba, às mulheres eram criados papéis, aos quais deveriam ser ensinados desde cedo, e a Igreja Católica se responsabilizava de

perpetuar os modelos de boa mãe e santa com base nas leis eclesiásticas, que influenciava na proteção social dos desvios de conduta das mulheres. A autora ainda sugere que “ao ordenar as práticas sexuais pelos campos do certo e do errado, do lícito e do ilícito, a Igreja procurava controlar o desejo, pois não era por amor que os cônjuges deveriam se unir, mas por dever, para procriar e lutar contra as tentações da carne” (SANTANA, 2011, p. 201).

Em vista disso, haviam diversas normas a serem seguidas, e a imposição dos sacramentos, como por exemplo o casamento, funcionava como adequação social ao modelo propagado pela instituição. Porém, a partir do momento que as mulheres se desviavam desse caminho, haveriam de buscar retornar à ele, e uma forma de fazê-lo era por meio da justiça. E como no caso a ser discutido a seguir, os processos por defloração eram produzidos a partir da formalização da denúncia da sedução e consumação do ato sexual fora do matrimônio.

Como explica Miriam Vieira (2007) havia uma distinção jurídica entre o “estupro” e o “defloração”, a diferença está no fato de que este último presume uma relação entre as partes, marcada pelo consentimento para as relações sexuais, enquanto o primeiro requeria o emprego de violência de modo que os processos eram produzidos sob a ótica da “virgindade” e “honestidade” da mulher. Tanto o estupro quanto o defloração eram crimes regidos pelo Código Penal de 1890, porém apenas a partir do decreto nº 847/1890 que o estupro foi separado do defloração.

O caso analisado que se aproxima dessas discussões sociais e jurídicas ocorreu no ano de 1895, nele a deflorada foi Anna Martina dos Santos, que tinha idade de 30 anos e desempenhava ocupações nos serviços domésticos. A vítima:

“mantinha amizade o denunciado, que abusando da confiança da *sua* representante, da fraqueza e inexperiência da ofendida; com falsas promessas de casamento e por depravação moral deflorou-a. Saciados os seus instintos depravados, o denunciado, desconfiando que na vítima se achava grávida, amentouse deixando aquela pobre e honesta família, a vergonha e a prostituição”.⁴⁸

Partindo desse trecho presente no processo, ressaltamos que a honra da mulher era associada ao pudor, pois estas eram qualificadas pelos comportamentos na vida particular, exposição na vida pública e deveriam reproduzir o padrão de feminilidade esperado (SOUSA, 1997). Entretanto, mesmo sendo a deflorada do caso de “uma de pobre e honesta família”, as normas sociais também lhe eram atribuídas, pois os comportamentos a serem seguidos

⁴⁸ Grifo nosso. Auto de Sumário de culpa por defloração cometido contra Anna Martina dos Santos, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1895.

levavam em consideração muito mais o seu gênero do que a sua condição social, pois o significado dado principalmente aos valores pessoais estava atrelado à imagem e a honra.

Por conseguinte, nos casos de crimes sexuais havia a necessidade da análise ampla, das ações dos envolvidos e não apenas do delito (ESTEVES, 1989; GROSSO, 2016). Logo, nos casos de defloração e estupro o comportamento feminino era determinante para o prosseguimento do processo. Um exemplo claro disso pode ser compreendido através do artigo 268 do Código Penal de 1890, que determinava a pena de um a seis anos em casos de estupro, mas em seu primeiro parágrafo destacava a possibilidade de diminuição da pena caso a vítima fosse prostituta ou tivesse uma vida pública. Dessa maneira, nota-se que além de ter sua honestidade ligada à sua vida sexual, as mulheres quando vítimas ainda poderiam ser “responsabilizadas” pelo comportamento dos agressores, caso não possuíssem o perfil da honestidade exigido socialmente – infelizmente como ainda ocorrem casos na atualidade –, e para a justiça poderiam ainda cair em prostituição após os atos.

Sobre isso, Rosemere Santana (2008) discute que os juristas da transição do século XIX para XX acreditavam que esses crimes deveriam ser julgados, pois a partir do momento em que a mulher perdesse a sua virgindade, a mesma estaria vulnerável a prostituição. Essa ideia dialoga com o que foi discutido por Boris Fausto (1997), pois para o autor, o crime de defloração definia a preocupação central de uma sociedade que materializava a honra em uma peça anatômica, o hímen. Além da proteção da vagina, o hímen representava um mediador de controle da sexualidade feminina, tendo em vista que se acreditava que através dele podia-se distinguir as mulheres puras e impuras, isto é, as virgens e as que não mais o eram.

Destarte, a virgindade era uma espécie de dote natural para as mulheres, e a forma como se livravam dele, as classificava como honestas ou desonestas (GROSSO, 2016; SOUZA LIMA, 1933). Por isso, além da justiça, as conexões sociais estabelecidas entre a comunidade também exerciam um papel importante no processo de vigilância sobre os corpos femininos. Essa questão pode ser notada no processo analisado, onde todas as testemunhas que foram depoentes afirmaram ter conhecimento que o réu ausente, Manuel Pinheiro Torres, frequentava a casa da ofendida e lhe prometia casamento. Então, as pessoas envolvidas no processo, desde as testemunhas até a vítima e o réu, possivelmente possuíam uma certa relação de proximidade, pois sabiam da relação pública do deflorante e deflorada, bem como das juras feitas entre eles.

Em vista disso, uma das principais motivações dos crimes dessa natureza serem julgados está atrelado ao fato de que homens e mulheres acabam por se afastar das normas

impostas socialmente, principalmente no que diz respeito aos valores que deveriam ser protegidos pela justiça, como o da família e do casamento. Então, nota-se que os valores patriarcais estavam presentes na organização dos variados âmbitos da vida, e que influenciam nas vivências do cotidiano e sexualidade, de modo que a coerência sexual da mulher era discutida nas esferas institucionais como uma forma de garantir a permanência desses ideais, e conseqüentemente da ordem.

Entretanto, partimos dos questionamentos de Marta Esteves (1989) para refletir: como era possível provar a honestidade das mulheres defloradas de classes mais pobres, se elas eram julgadas a partir dos padrões da mulher de elite? A autora ainda explica que é a partir dessa pretensão de punir esses conflitos, que a justiça acabava por desempenhar um papel educativo nas camadas populares, e que camuflada nas punições dos deflorantes existia a objetivação de perpetuação de um modelo familiar a ser vivido por todos (ESTEVEES, 1989, p. 75).

Um exemplo do significado do matrimônio, se encontra em um trecho do processo analisado, ao qual indica que Manoel Pinheiro ao se encontrar com Ana Martina, lhe pergunta se ela estava em busca de casamento com outros homens, e a partir da negação da vítima ele diz que só se casaria com ela se tivessem relações sexuais. Nesse meio tempo, o réu acaba por sacar um punhal e lhe ameaçar, mas promete se casar com ela e não lhe deixar, assim, eles acabam consumando o ato delituoso. Então, é possível sugerir a partir do relato, que a vítima desejava se casar com o deflorante, e participar da instituição que era o matrimônio, e por acreditar que isso iria acontecer, acaba por se desviar das normas impostas e manter relação sexual com Manoel.

Todavia, a relação sexual não parece ter sido consensual apenas pela promessa de casamento, a vítima foi coagida. Por isso, se o uso da ameaça tivesse sido levado em consideração na realização do processo, o crime poderia se enquadrar no Código Penal, através do Artigo 266. Esse item, regulava ações que atentassem contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral. Por isso, mesmo que a vítima tenha pedido ao acusado apenas para “que não deixasse depois do acto delituoso sem a divida reparado”, a relação sexual originou-se de uma violência, considerada crime perante o Código Penal, e passível de pena de um a seis anos.

Baseando-se nesse cenário, o artigo 267 do Código Penal ao qual foi indicado nos autos como aquele que regularia os danos causados pelo fato delituoso, trata do defloramento de mulheres de menor de idade, com o emprego da sedução, engano ou fraude, podendo o

acusado do delito sofrer pena de reclusão de um a quatro anos (LAGE e WINTER, 2016). O que nos chama a atenção é que a ofendida possuía trinta anos de idade, e ainda assim o processo é classificado como defloramento. Porém, talvez isso se dê em virtude dos autos estarem incompletos e sem seu desfecho final.

À vista disso, ainda há no processo a informação de que a vítima deveria ter ido à juízo no prazo de seis meses segundo a legislação, porém como ela já estava grávida de sete meses, isso pode haver influenciado para a denúncia ser julgada como improcedente, e o deflorante não ser levado a julgamento. Com isso, o que se pode constar em relação ao acontecido, é que a realização do processo servia como uma maneira de reivindicar a moral da vítima e da família, tendo em vista que a mulher foi enganada e reduziu as possibilidades da inserção na instituição que era esperada à maioria das mulheres: o matrimônio.

Se entre Anna Martina e Manoel Pinheiro houvesse existido o casamento, como foi prometido à vítima, possivelmente não haveria a denúncia judicial, e conseqüentemente, não saberíamos sobre o caso. Pois, os matrimônios entre as classes mais pobres não necessariamente eram realizados legalmente, tendo em vista que por não terem dinheiro para arcar com as despesas, acabavam por viver em uniões consensuais (BESSE, 1999). Mas, isso não quer dizer que o casamento não tivesse uma importância para esses indivíduos, apenas que existiam formas alternativas de desempenhá-lo, tendo em vista que essa era uma instituição significativa tanto para a Igreja quanto para o Estado.

Por conseguinte, as crianças geradas em relações como a do caso analisado, que são consideradas ilegítimas, e por vezes abandonadas, foram uma característica da sociedade brasileira, as quais eram fruto de uniões casuais, consensuais ou não, bem como de uma sexualidade não reconhecida pela Igreja Católica, regulada pelo Estado, — pelo fato dessas instituições pregarem a necessidade do casamento para a copulação, — mas reconhecida pela sociedade em geral (SANTANA, 2011). E no caso citado, a vítima deve ter enfrentado além do processo judicial, da vergonha pública por ter “perdido” sua honra, e da gravidez, a ausência do genitor, que segundo consta os autos se encontrava ausente, pois fugiu após saber que a mesma estava grávida.

Ao que nos parece, foi negado à ofendida aquilo que tanto foi prometido, o matrimônio, tendo em vista que uma das testemunhas diz que o irmão do denunciado lhe confessou que “seu mano não havia de casar com uma negra”. Não temos a informações se a deflorada era forra, nem se o réu era branco, porém, a partir do que foi supostamente dito pelo seu irmão, ele não iria se casar com a ofendida também pelo fator social atrelado ao fato de que a mulher com quem seu irmão havia tido uma intimidade era negra.

Sobre o citado, concordamos que existe a necessidade de discutir as relações para além do estereótipo da sexualização da mulher negra. Mas, em virtude da suposta negativa para o casamento com a mulher deflorada também por ela ser negra, pode-se traçar reflexões sobre as questões que influenciaram o irmão do réu a negar a possibilidade desse relacionamento. De início ressaltamos que em virtude do processo está situado em um período muito próximo da abolição da escravidão em 1888, e pouco mais de dez anos separar temporalmente os fatos, o reflexo da herança escravocrata permeava a realidade social vivenciada por esses indivíduos na localidade.

Assim, não sabemos se o réu ausente era uma pessoa branca, mas pelo teor dos autos, pela ausência do deflorado e da suposta fala do seu irmão, concordamos com Ana Claudia Pacheco (2008) que ao discorrer sobre a solidão da mulher negra, diz que raça e gênero quando combinados afetam mais as mulheres negras, do ponto de vista de sua exclusão afetiva-sócio-cultural do que outros coletivos. Principalmente no período que se insere o processo, em fins do século XIX, havia uma preocupação em explicar o problema racial brasileiro, e intrínseco nas categorias sociológicas-antropológicas de análise, também se encontrava a apreensão pelos relacionamentos entre pessoas de cores diferentes, pois os encontros sexuais e afetivos entre esses indivíduos, que geravam seres mestiços eram um “perigo” para a nação que pretendesse atingir a evolução social e racial (SCHWARCZ, 1993; PACHECO, 2008).

Por isso, essa preocupação que possuía supostas bases científicas europeias, compreendia as relações sexuais e afetivas de características inter-raciais como um caminho que poderia causar degeneração física, psíquica e intelectual, se esses grupos se misturasse. Tais práticas estavam associadas a uma teoria conhecida como eugenia, e conforme explica Lília Schwarcz (1993), tratava-se de movimento científico e social, que por pretender criar seres humanos ideais, proibia e controlava algumas uniões entre povos diferentes com a justificativa de considerá-los ameaças à civilização humana.

Todavia, esse tipo de teoria não ficava restrita apenas ao campo intelectual, mas interferia diretamente na vida dos indivíduos, nas suas relações e concepções de mundo. E conforme percebido através do processo exposto, as regras morais e jurídicas, atuavam também como reguladores morais da vida individual e coletiva, através dos diversos parâmetros que eram utilizados como maneira de efetivar a ordem, principalmente nas classes mais pobres. Portanto, as fontes jurídicas não nos revelam apenas os casos de denúncias e os depoimentos, mas trazem consigo os signos sociais e culturais que fundamentam as vivências sociais.

À vista disso, ao longo desse capítulo acompanhou-se a trajetória de alguns indivíduos que tiveram suas vivências atravessadas pela ação jurídica, independente de quais lugares ocuparam dentro dos processos. O que fica evidente diante da argumentação é que o Estado e a Igreja, à medida que empregavam as leis, também instituíram saberes e práticas que influenciaram a leitura de mundo, relações e vivências dessas essas pessoas. Com isso, a norma não servia apenas para punir, mas como parâmetros que organizavam a vida em sociedade.

Considerações finais

Em síntese, com base na exposição dos diferentes resultados obtidos a partir da catalogação dos inventários, partilhas amigáveis e demais processos, fica evidente que a documentação estudada possibilitou diversos caminhos e diligências acerca da vida social e material da cidade de Cajazeiras, durante o recorte temporal estabelecido (1872-1903). Cada fonte com suas particularidades, contribuiu de maneira única e significativa para a análise histórica dos grupos estudados. Por isso, esta pesquisa se constitui enquanto uma leitura excepcional sobre a localidade.

Destarte, pode-se notar a partir das informações discutidas ao longo dos três capítulos desse estudo, que a cidade foi observada através dos seus mais variados âmbitos a partir dos autos processuais presentes no arquivo. Por isso, enquanto um inventário expõe as composições familiares, as posses, as relações econômicas, dívidas, suas habitações e ocupações, através de um processo crime, podemos compreender características sociais mais complexas, associadas aos comportamentos, representações e valores da sociedade. Logo, as análises de processos crime demonstram também informações importantes sobre o funcionamento de algumas comunidades, como vivem, divertem, ganham a vida durante o último quartel do século XIX e início do XX (SANTOS, 201, p. 2758).

Não obstante, através do Recenseamento de 1872, também foi possível a compreensão de características da população que ficam omissas em partes desses procedimentos jurídicos. A quantidade de pessoas escravizadas e livres, suas ocupações, nacionalidade, nível de acesso à educação, foram algumas das questões discutidas nesta pesquisa, as quais funcionaram como uma maneira de elucidar limites da documentação jurídica. Portanto, através desses diversos vestígios do passado, foi possível o desenvolvimento de amplas análises acerca da cidade, percebendo que os dados de seus habitantes, religiosidade, comércio, economia, espacialidade e práticas, se constituem enquanto componentes diversos, aos quais contribuíram para as releituras sobre Cajazeiras.

Com isso, cada fonte que serviu de base para realização da pesquisa histórica, e que se constituiu enquanto o micro de um macrocosmo espacial, auxiliou para que se pudesse vislumbrar as diversas camadas e modos de organização da vida. Por meio de todas as seleções teórico-metodológicas, foi possível perceber uma Cajazeiras que está para além dos Rolins e Albuquerque. Uma localidade onde há uma grossa camada, de diferentes estratos sociais que habitavam esse espaço, e principalmente, que o formaram por meio de suas

dinâmicas. Portanto, fica claro que ainda que os autos utilizados na pesquisa não tenham sido produzidos com o objetivo de servirem de fonte à pesquisa histórica, mas sim de cumprirem procedimentos formais do Estado, os mesmos foram alicerce no desenvolvimento de outras interpretações sobre a cidade estudada.

Conquanto, assim como iniciamos essa monografia, discutindo que falar sobre Cajazeiras enquanto cidade não é uma tarefa fácil, concluimos da mesma maneira. Todas as reflexões aqui apresentadas foram fruto não apenas do cruzamento de fontes selecionadas, mas também de inúmeras bibliografias associadas ao tema. Logo, destacamos a importância e a colaboração de outras pesquisas científicas desenvolvidas na Historiografia e demais áreas, as quais foram de enorme significado para as reflexões que estiveram aqui presentes.

Por isso, mesmo com todas as limitações existentes no estudo com esse tipo de fonte primária, desde o seu desgaste, até os problemas com a catalogação dos dados, essa monografia significa o surgimento de novas perspectivas sobre a cidade, e por isso, concluimos afirmando que a cidade está sendo lida – como afirmou o professor Osmar Filho! Os seus fragmentos, sua imagem, seus elementos sociais, econômicos e culturais que compõem esta pesquisa, denotam a sua formação, e conseqüentemente, sua história.

Referências bibliográficas

- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. **Anais do XIII Encontro de História ANPUH-Rio-Identities**, v. 4, p. 01-12, 2008.
- ARRUDA MELLO, José Octávio de. Cultura e alimentação na Paraíba—um exercício de nova história. **Ciência & trópico**, v. 30, 2002.
- BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, p. 591-605, 2016.
- BORSOI, Diogo Fonseca. **Cidades em processo: arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BORIN, Monique Félix. Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico. **Anais: Porto Alegre**, 2016
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 63, 1 jul. 2014. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635293>.
- _____, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 237-258
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 64, p. 99, 23 ago., 2016. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i64p99-130>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119478>. Acessado em: 07 out. 2022.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **História Unisinos**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 414-428, 23 nov., 2018. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2018.223.07>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5798/579862710007/html/>. Acesso em: 09 out. 2022.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no Povo**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1974.

CASTRO, Márcia de Moura. **Santos de casa**: imaginária doméstica em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. – Brasília, DF: Iphan, 2012. disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/santosdecasavol2.finalbx.pdf>>. acesso em 02/05/2021

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CEBALLOS, Viviane Gomes de; FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Cidade(s) fragmentada(s)**: vida material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1876-1890). Iguatu: Quipá Editora, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1i8G8Ey6CUsh8Ney6YwAgJwhUrwtYPI1k/view>. Acesso em: 20 out. 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001

DA SILVA, Julia Garcia de Souza. A mulher na cidade - uma proposta metodológica para a análise do espaço urbano sob a perspectiva do movimento de mulheres na cidade de Salvador. **Revista Encantar**, v. 1, n. 1, p. 44-60, 26 fev. 2020.

ESTACHESKY, Dulceli de Lourdes Tonet. 'Mulher pública' e 'mulher honesta': moralidade e honra no final do século XIX e início do século XX. **Anais do XV Encontro Regional De História Da Anpuh-Rio**, 2012.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Cajazeiras e cultura material**: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Bezerra de Sousa (1876-1900). 2022. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3ª Edição. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1983.

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. Para além do dever ser: análise do percurso de transformação do defloramento de “ato” em “auto”, desde a denúncia ou queixa na polícia até a instauração do processo criminal (Porto Alegre, 1890-1922). **Revista Outras Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 65-79, 2016.

GUSMÃO, Emery Marques. Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 269-289, 17 maio 2012. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/HMLtWMcBDsTwfBZF4SWsRmt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. **Nebulosas do pensamento urbanístico**, v. 1, p. 206-234, 2018.

LAGE, Lana; WINTER, Mariana. Representações de gênero e construção da verdade jurídica nos processos de defloração e estupro na Comarca de Campos dos Goytacazes (1890-1930) In: RODRIGUES, A; MONZELI, G; FERREIRA, S.(org.) A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa. **Vitória.: EDUFES**, p. 285-307, 2016.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do Tempo. Memórias**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

_____. **Ruas de Cajazeiras**. João Pessoa: Ideal, 2005.

_____. **Vida e obra do Padre Rolim**: Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. Brasília: Senado Federal, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 19 jan. 2023

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do seridó (séc. VXIII). 2007. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2007.

MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves et al. As ofensas verbais na cultura estanciana do século XIX: um estudo sobre os processos-crimes do Sul Sergipano. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 4, n. 2, p. 63-72, 2018.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. **XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. p. 17-31.

MELLO, Humberto. Instituições político-culturais da Paraíba Colonial. In: OCTÁVIO, José. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa: Universitária, 1983. p. 35-42

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Apresentação”. In: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. A análise de Inventários post mortem como recurso metodológico para a reconstituição do espaço da cidade de Campinas no século XIX. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DO CMU – MEMÓRIA E HISTÓRIAS LOCAIS: ESQUECIMENTO, DIVERSIDADES CULTURAIS E IDENTIDADES, 9., 2019, Campinas, Sp. **Anais. IX Seminário Nacional do CMU – Memória e histórias locais: esquecimento, diversidades culturais e identidades**. Campinas, SP: Centro de Memória – Unicamp (Cmu), 2019. v. 1, p. 1-17. Disponível em: https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/8/1562938579_ARQUIVO_AR

TIGO-congressoCMU-12-07-2019.pdf. Acesso em: 04 ago. 2021.

MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: questões e debates. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 101-112, jun. 2012. Semestral. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/8295>. Acesso em: 7 ago. 2021.

MOREIRA, Mayara Laet. A medicalização da sexualidade feminina, um crime sexual ocorrido em Cuiabá (1924). **Revista Outras Fronteiras**, v. 4, n. 1, p. 38-53, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista usp**, n. 68, p. 46-57, 2006.

_____, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 117-129, 2022.

OCTÁVIO, José (org.). **A Paraíba das origens à urbanização**. João Pessoa: Universitária, 1983

OLIVEIRA, Francisco Álisson de. **Patrimônio Material de Cajazeiras – PB: Discurso Além do Concreto e Cimento**. 2015. 103f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2015.

OLIVEIRA, Josefa Jakeline Alves. **Cultura material e memórias inventariadas: um estudo sobre a estabilidade econômica e social do patrimônio familiar em Cajazeiras, PB (1876-1889)**. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2020

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 2010.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“BRANCA PARA CASAR, MULATA PARA F..., NEGRA PARA TRABALHAR”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PERFEITO, Livia. Onde fica o subúrbio Carioca? Limites territoriais suburbanos no Rio de Janeiro do século XIX ao XXI. In: **XII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020**. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11-23, 2007.

_____, Sandra Jatahy. Crime, violência e sociabilidades urbanas. As fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. **Nuevo Mundo**, 2005.

PREFEITURA CAJAZEIRAS. Plano Diretor. 1979.

ROCHA, Raquel Caminha. Vizinhança vigilante: espaço e sociabilidade nos processos criminais de Fortaleza (1920-1948). In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26.,

2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-17.

ROCHE, Daniel. Casas Rurais, Casas Urbanas. In: _____. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVIII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.115-146.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco do Padre Cícero**. Olinda: Livro Rápido, 2016

SANTANA, Hava Mariana de Oliveira. **Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX)**. 2022. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Raptos consentidos: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

_____. Práticas amorosas e afetivas na Paraíba (Séculos XIX e XX): O papel da família, da igreja e do estado nas tentativas de regularização social. **Revista Veredas da História**, v. 4, n. 2, 2011.

SANTOS, Hélio. Processos Crimes como Fonte Histórica: Efeito Raschomon ou Possibilidades de Conhecimento? algumas considerações metodológicas. In: **Anais do V Congresso Internacional de História**. 2011. p. 2754-2765.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. **Chão Urbano**, v. 1, p. 1-17, 2011.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Reconhecer e legitimar filhos naturais entre a população livre na Porto Alegre Oitocentista. **Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico**. São Leopoldo: Oikos, p. 119-136, 2022.

SCHWARCZ, Lília M. O Espetáculo das Raças, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SILVA ALMICO, Rita de Cássia da. Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira. In: **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 14th Seminar on the Economy of Minas Gerais]**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SILVA, Claudete Alves da. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2002.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **A viagem das formas: a aquisição do moderno**. 1999. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Lúcia Maria Tavares da. Características da urbanização na Paraíba. **Logepa**, João Pessoa, v. 3, n. 5, dez, 2004. p. 34-39.

SILVA, Luís Octávio. História Urbana: breve histórico da constituição de uma área de conhecimento. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 9, p. 210-222, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e plebeias na sociedade colonial**. Editorial Estampa, 2002.

SIMMEL, Georg. A moda. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte**. v. 1, n.1, abr./ ago., São Paulo: 2008, p. 163-187.

SOUZA LIMA, Agostinho Jose de. Tratado de medicina legal. **Livraria Editora Freitas Bastos, Rio de Janeiro**, 1933.

SOUSA, Noélia Alves de. **A liberdade é vermelha?** Um estudo da violência contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: dissertação, 1997

SOUZA, Cicera Nunes de Oliveira. **Processos crimes de defloramentos em Aurora Ceará na década de 40**: por uma questão de gênero. 2014. 52 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho, 2012. p. 63-83.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**. A secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

VIEIRA, Miriam Steffen. Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”. **Cadernos do LEPAARQ (UFPel)**, v. 4, n. 7/8, p. 103-122, 2007.

Lista de fontes

Fontes publicadas

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial do estado da Parahyba. Paraíba: Imprensa Oficial, 1899. 23,5x15.
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-paraiba/820261>. Acesso em: 18 jan. 2023.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=820261>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Diretoria Geral de Estatística do Império (org.). **Recenseamento de 1872.** Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Fontes manuscritas

Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras:

Pedido de habeas corpus para Francisco Páo Ferro de Moraes, 1873
Inventário de Salvador Luna Ramalho, 1876
Inventário de Vitalina Maria de Jesus, 1876
Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira, 1876
Inventário de Herminio José de Sousa, 1876
Inventário de Raimundo Joze de Freitas, 1876
Inventário de Anna Maria Bizerra, 1876
Inventário de Josefa Candida Beserra, 1876
Nulidade de partilha do inventário de Antonio Leite Fonseca, 1877
Inventário de Maria Francisca da Conceição Gonçalo Correia de Meneses, 1878
Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, 1879
Inventário de Isalina Felinto D'Albuquerque Cartaxo, 1879
Inventário de Inventário de Antonio Lins de Albuquerque, 1880
Inventário de Inventário de José Pereira Cunha, 1880
Inventário de Dona Anna Rosa do Espirito Santo, 1880
Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus, 1880
Inventário de Dona Maria Francisca de Carvalho, 1880
Inventário de Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição, 1880
Inventário de Mariano Gomes d'Albuquerque, 1880
Inventário de Bernadino José Ferreira, 1880
Inventário de Dona Antonia Maria Gonçalves do Espírito Santo, 1881
Inventário de Maria do Rosário Leite, 1882
Inventário de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo, 1882.
Inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo, 1883
Inventário de Manoel de Sousa Teixeira, 1883
Inventário de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal, 1883
Inventário de Victorino Gomes Leitão, 1882

Inventário de Francisco Beserra de Sousa, 1884
Escrituras de compra e venda de imóveis, 1884
Inventário de Dona Lucina Maria de Jesus, 1885
Partilha dos bens de Antonio Francisco dos Santos, 1885
Sumário de culpa por delito contra José Teixeira dos Santos, 1885
Testamento de Theresa Maria de Jesus, 1886
Inventário de Maria da Conceição, 1887
Inventário de Oligntho Alves de Oliveira, 1888
Prestação de contas realizada por Sabino de Sousa, 1888
Inventário de José Gomes da Silva, 1892
Inventário de Joaquim Antonio do Couto Cartaxo, 1892
Seção sobre bens de raiz requerida por Ana Alv, 1893
Inventário de Manoel Vicente Lyra, 1893
Crime de ofensa física cometido contra Serafim Gago, 1894
Processo crime de ofensa física contra Maria José do Espirito Santo, 1894
Petição por justificação de herança iniciado por Pedro Paes de Lavôr Barrêto, 1894
Inventário de Dona Antonia Rolim de Albuquerque, 1894
Inventário de Dona Rita Maria de Jesus, 1894
Inventário de Antonio Quirino de Souza, 1895
Auto de Sumário de culpa por defloramento cometido contra Anna Martina dos Santos
Inventário de Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo, 1895
Inventário Post-Mortem de Dona Idalina Maria de Jesus, 1896
Inventário de Anna Maria Bizerra, 1896
Inventário do Padre Manoel Mariano de Albuquerque, 1896
Sumário de culpa por briga ocorrida entre Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, 1896
Sumário de culpa por agressão contra Maria Francisca da Conceição, 1898
Arrolamento dos bens de João Pereira de Sousa Guerra, 1898
Inventário de Antonio Gonçalves de Sousa, 1898
Inventário de José Pereira Dias, 1899
Inventário de João Mariano de Oliveira, 1899
Inventário de Sabino Gonsaga de Sousa e Rosalina Maria de Nasareth, 1899
Partilha amigável da falecida Quitéria Francisca da Penha, 1900
Partilha amigável de bens do inventariado João de Sousa Ferraz, 1900
Inventário de Antônio Caetano Leite, 1900
Processo de partilha amigável dos bens dos inventariados Alexandra Beserra de Sousa e Maria Josefa de Jesus, 1900
Inventário João da Cruz Albuquerque, 1900
Inquérito Policial por crime contra José Joaquim da Cunha, 1901
Sumário de Culpa por crime efetuado contra Francisca de Tal, 1901
Petição para arrendamento de terras, 1901
Inventário de Maria Damascena do Amor Divino, 1901
Inventário de Ana Rosa de Jesus, 1901
Inventário de Alexandre Lins de Albuquerque e Maria Dina de Jesus, 1901
Inventário de Luis Leite Thexeira, 1901
Inventário de Alexandre Ferreira Lima, 1901
Inventário de Sabino de Sousa Rolim, 1901
Inventário de Antonio Joaquim de Sousa, 1901
Inventário de Norberto José da Costa, 1901
Inventário de Manoel Salvino de Santanna Filho, 1901

Inventário de João Evangelista de Albuquerque, 1901
Inventário de Dona Maria Joana da Conceição, 1901
Inventário de Leonel Alves d'Oliveira, 1902
Inventário de Maria Isabel de Jesus, 1902
Inventário de Joaquim Gonçalves Rolim, 1902
Inventário de José de Sousa Dias, 1902
Inventário de Manoel Barreira, 1902
Inventário de Vicente Ferreira Lima, 1902
Inventário de Maria Custódia de Jesus, 1902
Processo Crime por assassinato de Maria de Tal, cometido por Antonio Luis Rodrigues, 1903
Sumário de culpa por crime efetivado contra José Calheiro, 1903
Sumário de Culpa por agressão contra Maria do Espirito Santo, 1903
Inventário de Josepphyna dos Santos, 1903
Inventário de Joaquim Lopes de Andrade, 1903
Inventário de Maria Custódia de Jesus, 1903
Inventário de Francisca Maria de Jesus, 1903
Inventário de Maria Theresa de Jesus, 1903
Inventário de Francisca de Jesus Maria, 1903
Inventário de Josepha Maria de Jesus, 1903
Inventário de Josepha Lins d'Albuquerque, 1903